GRUPO IMPAR

IMPAR
seguros

RELATÓRIO & CONTAS 2024

Construindo Relações de Confiança!

Índice

Índice 2

I – RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 3

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 4

2. ÓRGÃOS SOCIAIS 5

3. GOVERNAÇÃO DA SOCIEDADE 6

4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO 8

5. PRINCIPAIS INDICADORES E VARIAVÉIS 20

6. A ACTIVIDADE DA IMPAR EM 2024 21

6.1. SÍNTESE DA ATIVIDADE 21

6.2. PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO 22

6.3 CUSTOS COM SINISTROS DE SEGURO DIRETO 23

6.4 PROVISÕES TÉCNICAS 24

6.5 RESSEGURO CEDIDO 24

6.6 SALDO TÉCNICO LÍQUIDO DE RESSEGURO 25

6.7 CUSTOS OPERACIONAIS 25

6.8. INVESTIMENTOS 26

6.9 RECURSOS HUMANOS 26

6.10 RESULTADOS DO EXERCÍCIO 28

6.12 SISTEMAS DE GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO 29

7. PERSPETIVAS PARA 2025 30

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 31

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS 31

II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 33

III – ANEXO ÀS CONTAS 39

IV – PARECER DO ATUÁRIO 97

V – PARECER DO FISCAL ÚNICO 99

VI – RELATÓRIO DE AUDITORIA 101

I – RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2024 foi pautado pela desaceleração do ritmo de crescimento da atividade económica nacional, num contexto adverso de agudização dos conflitos geopolíticos, de manutenção das pressões inflacionistas, embora de menor magnitude, face a 2023, e de maior restritividade das políticas monetárias, consubstanciada no aumento das taxas de juro diretoras do Banco Central, que provocaram a subida generalizada das taxas de juro de mercado, afetando, de forma particular, as decisões de consumo e de poupança das famílias.

Apesar deste contexto desafiante, a IMPAR conseguiu demonstrar a sua capacidade de resiliência e de superação, permitindo reforçar a aplicação dos princípios de rigorosa gestão dos seus activos e dos seus recursos.

Em 2024, a IMPAR atingiu, pela primeira vez na nossa história, um nível de resultados superior a um milhão de Contos, o qual traduziu o incremento da atividade de Bancassurance, alicerçada no aumento e maior diversificação dos meios de contacto e de acompanhamento dos segurados, e o desempenho favorável das empresas do Grupo IMPAR, nomeadamente do BCN, que, ao apresentarem resultados positivos significativos, incrementaram o seu valor de mercado, contribuindo, dessa forma, para o acréscimo dos resultados da IMPAR.

Num ano marcado pela crescente pressão sobre os orçamentos familiares, houve a redução dos prémios de seguro produtos de poupança financeira, contrabalançado pelo crescimento dos Ramos Não vida, o que permitiu assim o crescimento dos resultados técnicos e financeiros da IMPAR.

Complementarmente, cientes da necessidade de continuar a elevar a proposta de valor para os Segurados, respondendo de forma ainda mais apropriada às suas necessidades, deu-se continuidade aos trabalhos de revisão da Plataforma Digital, programando o lançamento da APP em 2025.

Em 2024, a IMPAR prosseguiu a sua missão social, afirmando o seu papel de parceiro solidário, socialmente responsável, atuando em harmonia com os princípios de natureza social e ambiental, os quais se encontram também na génese e matriz desta Seguradora.

O futuro mostra-se desafiante e repleto de incertezas, mas estamos convictos da nossa capacidade de dar resposta aos crescentes desafios e à manutenção do trajeto de crescimento da atividade e da rendibilidade da IMPAR, com vista ao reforço das finalidades da actividade Seguradora, assentes nos princípios da igualdade, solidariedade e responsabilidade, e com o principal objetivo de satisfazer as necessidades de proteção e promover a melhoria do bem-estar dos nossos clientes, razão de ser da nossa existência.

Termino agradecendo, em meu nome e em nome dos restantes membros do Conselho de Administração, o empenho, a dedicação e o profissionalismo de todos os trabalhadores, que no contexto marcadamente adverso dos últimos anos, contribuíram e continuam a contribuir, de forma decisiva, para o desempenho da ÍMPAR.

2. ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente	Augusto Vasconcelos Lopes
Vice-presidente	Ana Maria Oliveira Lima
Secretário	Diamantino Andrade Soares

Conselho de Administração

Presidente	Luís Vasconcelos Lopes
Vice-Presidente	Paulo de Oliveira Lima
Administrador Executivo	António Raposo Correia
Administrador Não Executivo	Joaquim Alberto Vieira Coimbra
Administrador Não Executivo	Herminaldo Nogueira Sousa Brito

Fiscal Único

Fiscal Único	António Pedro Gomes Silva
Suplente Fiscal Único	Carlos Augusto da Fonseca Monteiro

3. GOVERNAÇÃO DA SOCIEDADE

A IMPAR, enquanto Companhia de Seguros, apresenta um sistema de governação que é composto por uma estrutura organizacional adequada e transparente, com responsabilidades devidamente definidas e segregadas e um sistema eficaz de transmissão de informação. Este Modelo de governação, proporcional à complexidade, dimensão e natureza das atividades e dos riscos da Companhia, tem como objetivo promover uma pudente gestão prudente da atividade, assegurando um adequado controle e gestão do capital e assegurando um excelente nível de serviço prestado à clientela, bem como na relação com os diversos stakeholders.

Como pilares deste sistema estão princípios como a transparência, a integridade, a responsabilidade e um processo de decisão consensual e fundamentado. Os Acionistas deliberam nos termos legais, através de Assembleias Gerais convocadas pelo Conselho de Administração ou por qualquer outra Acionista que seja titular de mais de 5% do capital da Sociedade.

Assim, a Assembleia Geral de Acionistas reúne ordinariamente, pelo menos uma vez por ano e tem como principais competências deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício anterior, deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, proceder à apreciação geral da administração da Companhia e proceder às eleições que legal e estatutariamente lhe sejam atribuídas ou outras que eventualmente se tornem necessárias.

A condução de todos os negócios e interesses da Companhia foi, até agora, assegurada por um Conselho de Administração composto por cinco Administradores, entre os quais um Administrador-Delegado com a responsabilidade pela gestão corrente da Companhia. O mandato dos membros que o constituem é de quatro anos e reúne bimensalmente e sempre que o interesse da Companhia o exija.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria absoluta dos votos dos Administradores presentes ou representados, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate.

Ainda assim, existem matérias que requerem a aprovação por maioria qualificada de pelo menos dois terços dos Administradores em funções (não existindo para este efeito voto de qualidade do Presidente), nomeadamente aprovação do plano estratégico, plano de negócios e orçamento anual; concessão ou obtenção de garantia, empréstimos, linhas de crédito ou outras formas de financiamento, investimentos em ativos de capital que não resultem do curso normal da atividade, modificação dos princípios e práticas contabilísticas, e participação em qualquer forma de *joint venture*, aliança estratégica ou operações similares.

A fiscalização da Companhia é assumida por um Fiscal Único e um suplente, eleitos em Assembleia Geral por um período de quatro anos, reelegíveis por uma ou mais vezes.

É da sua competência verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas, verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela entidade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados, elaborar

anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas.

O Auditor Externo é designado pelo Conselho de Administração e validado em Assembleia Geral, ao qual compete assegurar a total transparência e fiabilidade da informação contabilística da Companhia e do seu controlo financeiro interno. Tem igualmente a responsabilidade de conferir se todas as contas estão em conformidade com o estipulado pelas normas técnicas aprovadas ou reconhecidas pelo Supervisor, emitindo, após a revisão ou auditoria de contas, um relatório de certificação das mesmas, documentando a sua opinião sobre a situação financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Sociedade.

Os Diretores Coordenadores funcionam como órgãos de coordenação e suporte à comunicação entre o Administrador Delegado e o processo de tomada de decisão nas duas Regiões do País (Barlavento e Sotavento).

Para além dos Coordenadores, existe o Comité de Apoio à Gestão, ao qual compete analisar as diversas temáticas apresentadas e emitir recomendações ao Administrador Delegado. O Comité é constituído pelo Administrador Delegado da Companhia, Diretores e chefias intermédias. As suas principais responsabilidades são:

Questões Técnicas: Analisar relatórios e propostas referentes à política de desenvolvimento de produtos e *pricing*, à análise técnica dos processos de subscrição e gestão de sinistros, a controlos atuariais, à estratégia de resseguro e ao controlo do *Business Plan*;

Questões de Risco: Avaliar e supervisionar os diferentes riscos face à capacidade e tolerância estabelecidos, analisar e monitorizar os níveis de capitalização e solvência, devendo alertar o Conselho de Administração relativamente a possíveis desvios. Adicionalmente deve propor e monitorizar as políticas de risco da Companhia e acompanhar e avaliar o sistema de controlo interno. Neste fórum são também apresentados e analisados os diferentes temas referentes à qualidade e à verificação do cumprimento;

Questões Comerciais: Analisar relatórios e propostas relativamente à supervisão da evolução dos objetivos comerciais integrados no *Business Plan* da Companhia, da estratégia comercial de curto, médio e longo prazo e dos planos comerciais. Deve apresentar ao Conselho de Administração o *Business Plan* para os próximos cinco anos, bem como planos estratégicos;

Questões de Auditoria e Financeiras: Analisar relatórios e propostas referentes à informação económico-financeira, destacando-se a análise de resultados, o comportamento das diversas rubricas face ao previsto, à definição e monitorização do orçamento da Companhia, ao cumprimento ao nível do reporte regulamentar e à monitorização dos trabalhos de auditoria;

Questões de IT e Operações: Analisar relatórios e propostas relativamente à gestão operacional, aos serviços prestados por entidades externas e investimentos em tecnologia. Deve monitorizar os níveis de serviço operativos e tecnológicos, as incidências com clientes e rede de balcões. Além disso, analisa e aprova os modelos

operativos, bem como os custos tecnológicos e operativos previstos em coordenação com outros comités.

O processo de decisão contempla o Comité de Apoio à Gestão acima referido, que reúne com uma periodicidade trimestral.

Assim, os Diretores de cada uma das cinco Direções, em conjunto com o Administrador Delegado, constituem as pessoas que dirigem efetivamente a Companhia.

4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Conjuntura Internacional

O desempenho da economia mundial em 2024 ficou caracterizado, no geral, pelo dinamismo e resiliência nos EUA, pela fragilidade na Zona Euro, devido à situação delicada na Alemanha e em França e pela falta de dinamismo da economia chinesa, na ausência de estímulos económicos significativos.

Na primeira metade do ano, a economia mundial conheceu um crescimento moderado e estável, tendo-se verificado uma recuperação, embora lenta, da atividade económica na Europa, enquanto nos EUA a atividade económica abrandou ligeiramente, refletindo, em grande medida, os efeitos desfasados da política monetária restritiva.

As principais autoridades monetárias internacionais (FED, BCE e Banco de Inglaterra) começaram a reduzir as principais taxas de juros, a partir do segundo trimestre do ano, à medida que a inflação se aproximava do objetivo fixado no âmbito da sua política monetária e com o objetivo de impulsionar a economia.

O crescimento económico estabilizou-se tanto nas economias avançadas quanto nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento.

Um conjunto de ameaças condicionou o crescimento global em 2024, nomeadamente maior incerteza política, mudanças adversas na política comercial, tensões geopolíticas e desastres naturais relacionados ao clima.

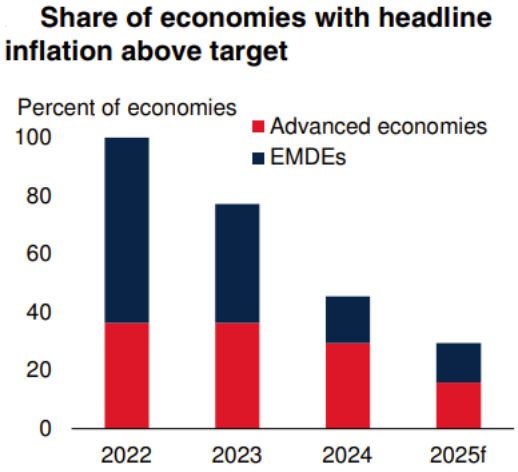
Conforme as previsões do Banco Mundial, em 2024, o crescimento global irá fixar-se nos 2,7%, a mesma taxa de crescimento do ano anterior, sendo que, para as economias avançadas, o crescimento esperado é de 1,7% e para as economias de mercados emergentes e países em desenvolvimento, incluindo a China, a previsão do crescimento é de 4,1%.

No que se refere à inflação global, continuou a recuar, tendo em conta a redução dos preços de energia e alimentos; a recuperação das cadeias de suprimentos e os efeitos defasados de posições restritivas de política monetária.

No final do ano de 2024, a inflação global estava na meta ou abaixo da meta em mais de 60% das economias, sendo provável que a percentagem de economias com

inflação acima do objetivo venha a cair no próximo ano para o seu nível mais baixo desde o pico em 2022, não obstante o aumento das incertezas políticas.

Para 2024 estima-se que a inflação global se tenha fixado nos 3,5% (6,8% em 2023).



Fonte: World Bank Group Flagship Report – Global Economic Prospect, January 2025

A economia dos **EUA** em 2024 mostrou sinais de abrandamento à medida que a inflação diminuía gradualmente em direção ao seu nível de meta.

Embora o crescimento no primeiro semestre de 2024 tenha sido ligeiramente mais forte do que o previsto, a atividade mostrou sinais provisórios de desaceleração no final do ano, refletindo a flexibilização das condições do mercado de trabalho e o abrandamento da confiamça do consumidor.

O ritmo de criação de empregos conheceu diminuição gradual, enquanto a taxa de desemprego aumentou 0,8 ponto percentual até novembro, após atingir um mínimo em abril de 2023.

Os gastos do consumidor dos EUA mostraram sinais de moderação, à medida que as famílias se ajustam ao esfriamento do mercado de trabalho e à desaceleração do crescimento do rendimento disponível. A taxa de poupança das famílias, por sua vez, manteve-se abaixo dos níveis pré-pandemia desde o início de 2022, levando a uma diminuição gradual do stock do excesso de poupança acumulado durante a pandemia.

A estimativa é de um crescimento de 2,8% da economia norte americana em 2024 e espera-se que venha a diminuir para 2,3% em 2025 e para 2% em 2026.

No que se refere à inflação medida pelo IPC, explicado pelos custos de energia, fixou-se nos 2,9% (acima da meta dos 2%).

A **Zona Euro**, ainda em meio às medidas para compensar os impactos da Covid 19 e da guerra Rússia -Ucrânia, em 2024 viu a sua economia bastante condicionada por um conjunto de ameaças, entre as quais um aumento das tarifas aduaneiras por parte dos EUA; o consumo anémico; a fragilidade da atividade na Itália, França e Alemanha e o contexto político de incertezas das duas grandes economias da região. Por um lado, a França a enfrentar uma economia cujo crescimento encontrava-se em arrefecimento após a dinâmica trazida pelos jogos olímpicos de Paris e, por outro lado, a Alemanha, responsável por 30% do PIB da área do euro, a enfrentar dificuldades nos setores da indústria e dos serviços, refletindo, em parte, os efeitos dos elevados preços da energia sobre a competitividade das exportações e do consumo.

Em toda a área do euro, embora o consumo privado tenha conhecido um aumento desde o segundo semestre do ano, foi refreado pela confiança ainda moderada dos consumidores, com as intenções de poupança das famílias a permanecerem elevadas, tal como indicado pelos dados dos inquéritos e refletido numa elevada taxa de poupança pessoal.

O crescimento da economia na Zona Euro para 2024, conforme as estimativas do Banco Mundial, fixou-se nos 0,7% e, pressupondo que não haverá grandes alterações nas relações comerciais com os Estados Unidos, prevê-se que o crescimento do comércio se mantenha, à medida que as exportações retomem juntamente com a melhoria da atividade transformadora mundial e as importações sejam apoiadas pelo reforço da procura interna, projetando-se, assim, uma recuperação do crescimento no próximo ano.

No respeitante à inflação, as previsões apontam para uma taxa de 2,4% em 2024 (5,4% em 2023 e 8,4% em 2022, ano em que foi atingido o pico da inflação), aproximando-se da meta dos 2%.

Em 2024, a **economia chinesa** cresceu entre 4,5% a 5%, impulsionada pela recuperação do consumo interno após o fim da política "zero-COVID" e por medidas de estímulo governamental, embora o setor imobiliário tenha permanecido frágil, com redução do investimento e dificuldades financeiras.

As exportações enfrentaram desafios devido à desaceleração global e tensões geopolíticas, mas a China avançou em setores de alta tecnologia, como veículos elétricos e energias renováveis. A inflação manteve-se controlada, em torno de 2%, e o governo continuou a investir em infraestruturas e transição energética.

No entanto, desafios estruturais, como o envelhecimento da população e o aumento da dívida, persistiram, exigindo reformas para aumentar a produtividade e garantir o crescimento sustentável num contexto global complexo.

A economia do **Reino Unido** registou, em 2024, um crescimento modesto, em torno de 0,5% a 1%, refletindo os impactos persistentes do Brexit, da inflação elevada e das

altas taxas de juro. A inflação, embora em desaceleração, permaneceu acima dos 3%, pressionando o poder de compra das famílias e, por conseguinte, limitando o consumo interno. O setor de serviços, mostrou alguma resiliência, mas o investimento empresarial e as exportações foram prejudicados, sobretudo, pela fraca procura global.

O mercado imobiliário enfrentou uma desaceleração, com quedas nos preços das casas devido ao custo elevado do crédito. Apesar dos desafios, o governo continuou a investir em setores estratégicos, como a transição energética e a tecnologia, visando impulsionar a produtividade a longo prazo.

Com relação à **economia japonesa**, em 2024, registou um crescimento modesto, em torno de 1% a 1,5%, refletindo os desafios estruturais de uma população envelhecida e uma taxa de natalidade baixa. O consumo interno manteve-se fraco, pressionado pela inflação moderada, que se situou em cerca de 2%, e pela estagnação dos salários.

O Banco do Japão manteve uma política monetária ultra expansionista, com taxas de juro negativas, para estimular a economia e combater a deflação crónica.

As exportações beneficiaram da desvalorização do iene, impulsionando setores como a indústria automóvel e a tecnologia, mas a procura global fraca, especialmente da China, limitou este crescimento. O governo japonês continuou a investir em infraestruturas e em iniciativas de digitalização, não obstante o contexto de elevada dívida pública.

As economias em desenvolvimento alcançaram progressos consideráveis desde os anos 70 e se tornaram mais importantes para a economia global do que eram no início do século XXI. Representam, atualmente, aproximadamente metade do PIB global quando nos anos 2.000 esta percentagem era de 25%, sendo esta uma tendência impulsionada pelo crescimento coletivo robusto nas três maiores **EMDE's** – China, Índia e Brasil.

Contudo, as perspetivas de crescimento a longo prazo destas economias indicam um conjunto de condicionantes entre as quais: o fraco investimento e crescimento da produtividade; o envelhecimento da população em quase todos os países, exceto nos países mais pobres; o aumento das tensões geopolíticas e a escalada dos perigos das alterações climáticas.

Por sua vez, os influxos do investimento direto estrangeiro das economias em desenvolvimento são de apenas metade do nível dos anos 2.000 e as novas restrições de comércio global em 2024 foram cinco vezes a média de 2010-2019.

Para o ano de 2024, as previsões apontam para um crescimento da economia das EMDE's de 4,1%.

No que se refere às economias de países de baixo rendimento, as denominadas **LIC's**, em 2024 o crescimento ocorrido foi muito mais fraco do que o esperado, devido a novos conflitos na África Subsariana, particularmente no Sudão, tendo-se fixado nos 3,6%.

Durante a primeira década do século XXI o crescimento rápido sustentado por reformas internas e um ambiente global favorável permitiu que muitos países de baixo rendimento atingissem o status de rendimento médio. Contudo, níveis elevados de conflito e fragilidade e desenvolvimentos globais adversos têm comprometido esta evolução e colocando estes países em ambientes bem mais desafiadores.

Em 2024, a **economia portuguesa** registou um crescimento do PIB de 1,9%, tendo, para esse crescimento, contribuído, sobretudo, a aceleração do consumo privado. O contributo do investimento é quase nulo refletindo a redução da componente pública.

Com relação à procura externa líquida, contrariamente aos dois anos anteriores, o contributo foi negativo, refletindo o maior crescimento das importações de bens e de serviços comparativamente com o das exportações.

O setor do turismo continua a ser um dos pilares da economia com as receitas a aproximarem-se dos níveis pré pandemia, beneficiando da diversificação de mercados emissores.

Produto Interno Bruto em volume (ano de referência=2021)

	2022	2023	2024
Taxa de variação anual (%)	7,0	2,5	1,9

2022: dados definitivos; 2023 e 2024: dados preliminares.

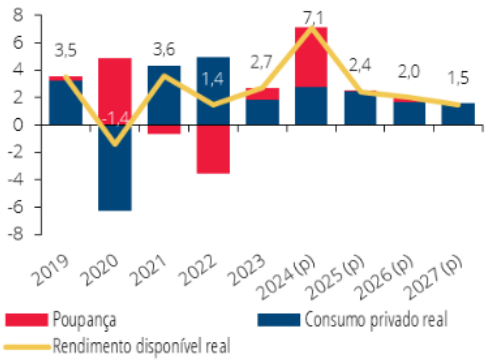
Fonte: INE, Portugal

A inflação situou-se os 2,6% (5,3% em 2023) em resultado da moderação gradual dos custos salariais e da manutenção de pressões inflacionistas contidas.

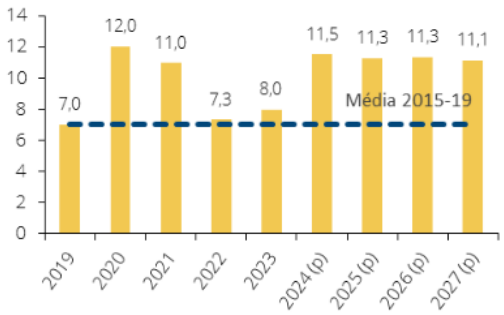
Do ponto de vista orçamental o rácio da dívida pública manteve a sua trajetória descendente.

A nível do rendimento disponível real, o Banco de Portugal, aponta para um aumento historicamente elevado graças à aceleração do consumo privado e ao aumento da poupança.

Painel A — Utilização do rendimento disponível real | Taxa de variação anual em percentagem e contributos em pp



Painel B — Taxa de poupança | Percentagem



Fontes: Banco de Portugal e INE. | | Nota: (p) — projetado.

A nível do emprego, o Banco de Portugal aponta para um crescimento, embora com perfil de desaceleração, num contexto de aumento da produtividade por trabalhador em resultado da melhoria das qualificações da população, aumento do stock de capital e ainda ganhos de emprego em setores de maior intensidade tecnologia e de conhecimento. A taxa de desemprego deverá manter-se em níveis historicamente baixo.

Em 2024, a **economia africana** registou um crescimento médio em torno de 3,5% a 4%, impulsionado, principalmente, pelas maiores economias do continente, como a Nigéria, a África do Sul e o Egito.

A economia nigeriana beneficiou da subida dos preços do petróleo, que continua a ser a principal fonte de receita do país, não obstante a vulnerabilidade subjacente, dada a volatilidade dos mercados globais.

Na África do Sul ainda persistem desafios estruturais, crise energética e elevado desemprego o que, aliado à instabilidade política, tem condicionado o crescimento económico.

A economia do Egito foi impulsionada pelo turismo e investimentos em infraestruturas.

A implementação da Zona de Comércio Livre Continental Africana começou a dar frutos, impulsionando o comércio intra-africano e diversificando as economias. No entanto, muitos países menos desenvolvidos, como o Chade, o Níger e o Malawi, continuaram a enfrentar dificuldades, com crescimento abaixo da média do continente, agravado por conflitos, instabilidade política e os impactos das alterações climáticas, como secas e inundações.

A inflação média situou-se em 8%, pressionada pelo aumento dos preços dos alimentos e da energia, com moedas locais a desvalorizarem em vários países.

A dívida pública elevada e o custo do serviço da dívida limitaram o investimento em setores críticos, como saúde e educação, especialmente nos países menos desenvolvidos.

O continente manteve o seu potencial demográfico, com uma população jovem e em crescimento, mas a falta de empregos de qualidade e o acesso à educação adequada continuaram a ser desafios estruturais.

Comércio Global

O comércio global de bens e serviços conheceu uma recuperação em 2024, crescendo cerca de 2,7% após uma fraca expansão em 2023.

A recuperação foi impulsionada pelo comércio de bens, em parte devido ao acúmulo de estoques. O crescimento do comércio de bens acelerou apesar da fraca atividade manufatureira em algumas das principais economias avançadas. Por seu lado, o crescimento do comércio de serviços foi moderado.

A recuperação do comércio mundial de bens foi desigual entre os grupos de países. O comércio de bens expandiu-se de forma constante nas EMDE's, exceto no Oriente Médio e Norte da África, onde o comércio contraiu devido aos cortes na produção de petróleo pelos membros da Opep+, enquanto permaneceu fraco na maioria das economias avançadas, com exceção dos Estados Unidos, como resultado do crescimento lento.

É de se referir, contudo, alguns constrangimentos ao comércio global, nomeadamente (i) o recurso a restrições comerciais que, em 2024, teve um número de novas medidas implementadas cinco vezes maior do que a média de 2010-19; (ii) o aumento da incerteza da política comercial tendo em conta os recentes resultados eleitorais e novos anúncios de política comercial em várias grandes economias – principalmente nos Estados Unidos; (iii) uma procura mundial mais fraca; (iv) a escalada das tensões geopolíticas e (v) perturbações no transporte marítimo.

Mercados Financeiros

Face à contínua redução das pressões inflacionistas, os principais bancos centrais de economias avançadas começaram a reduzir gradualmente o grau de restritividade da política monetária.

Contrariamente às previsões de um ano que seria marcado por uma desaceleração acentuada da atividade, o ano de 2024 foi muito favorável para os investidores, com a generalidade dos ativos cotados a fecharem o ano com valorizações bastante atrativas, sobretudo no mercado de ações.

A economia dos EUA que vivenciou um ano de grande entusiasmo político e que culminou com a eleição de Donald Trump à presidência e a criação de grande expetativa em relação ao impacto de sua gestão na economia global, foi a grande beneficiada do desempenho dos mercados financeiros em 2024.

As taxas de rendibilidade das obrigações de dívida pública dos EUA aumentaram substancialmente no último trimestre do ano passado, refletindo em parte a continuação da resiliência da atividade económica.

A apetência pelo risco nas economias avançadas manteve-se, de um modo geral, robusta no segundo semestre de 2024. Em particular, o sentimento dos investidores nos Estados Unidos continuou a fortalecer-se, tal como refletido pelos ganhos nos preços das ações.

Os prémios de risco de crédito e de ações dos EUA caíram, para os níveis mais baixos em uma década, em novembro. No entanto, um aumento na volatilidade das ações decorrido em agosto ilustrou que os mercados continuam altamente sensíveis a mudanças rápidas no sentimento, especialmente relacionadas a mudanças de política.

Na área do euro, as preocupações com as perspetivas de relações comerciais com os Estados Unidos e o aumento da incerteza política em algumas grandes economias reduziram o otimismo dos investidores no final do ano passado.

No final de 2024, as condições financeiras das EMDE's deterioraram-se em meio a uma desinflação mais lenta do que o esperado em algumas regiões; incerteza sobre mudanças nas políticas comerciais dos EUA e moderação das expectativas para futuros cortes de juros nos EUA.

As moedas das EMDE's tornaram-se mais voláteis, com algumas a depreciarem notavelmente em relação ao dólar dos EUA no quarto trimestre, em meio a um surto concertado de dívida e saídas de capital. A combinação de surpresas ascendentes da inflação em meados de 2024 e moedas mais fracas também deu origem a uma redução moderada das expectativas de novos cortes nas taxas de juro EMDE, contribuindo para perdas no mercado acionista em alguns grandes EMDE's. Na China, apesar das ações acomodatícias de política monetária e das notícias de mudanças favoráveis na política fiscal, o sentimento dos investidores permanece moderado no contexto da fraca demanda interna e das preocupações com a intensificação das disputas comerciais com os Estados Unidos.

Conjuntura Nacional

A economia cabo-verdiana em 2024 continuou a tirar dividendos do impulso do setor do turismo que já vinha desde o ano anterior e, naturalmente, da repercussão do desempenho da economia internacional, tendo em conta, entre outros fatores, o fortalecimento da procura externa turística.

A nível interno, não obstante o abrandamento da procura interna devido à redução do investimento, a procura viu-se reforçada tendo em conta a evolução positiva do consumo privado bem como o desempenho robusto no setor dos serviços, o consumo público e as exportações.

O crescimento do consumo privado é justificado pelos crescentes rendimentos reais das famílias e sustentado pela descida da inflação e pelo aumento das pensões e outras

transferências bem como pela melhoria registada no mercado de trabalho e na confiança dos consumidores.

A evolução do consumo público deveu-se ao aumento dos gastos públicos com Pessoal, com aquisição de bens e serviços e com o pagamento de pensões do regime não contributivo.

Do lado da oferta, o aumento da atividade do setor de serviços ligados ao turismo (alojamento e restauração, transportes e comércio) e dos impostos líquidos de subsídios arrecadados foram determinantes para a evolução da economia cabo-verdiana em 2024, sobretudo durante a primeira metade do ano.

É de se referir, por seu lado, os constrangimentos nos setores da Construção e da Indústria Transformadora que viram o seu desempenho condicionado pelos custos de fatores de produção ainda elevados, pela escassez da mão-de-obra e pela moderação da procura interna.

Com esta dinâmica registada ao longo do ano, de acordo com a previsões do Banco Mundial, espera-se, para a economia nacional, um crescimento de 5,2% em 2024.

Em 2024 continuou-se a verificar a tendência decrescente da taxa de **inflação** em Cabo Verde, tendo em conta a redução dos preços dos produtos energéticos e alimentares no mercado internacional.

Não obstante alguma volatilidade dos preços, decorrente dos produtos energéticos face a fatores geopolíticos e de pressões internas associadas aos preços de alguns serviços, as projeções ao longo do ano apontaram para a redução da inflação média anual, favorecida, em grande medida, pela expetativa de queda dos preços futuros das matérias-primas energéticas e não energéticas no mercado internacional, bem como, por algum impacto desfasado do pendor restritivo da política monetária.

Conforme os dados apresentados pelo INE, a taxa de inflação em 2024 reduziu para 1%.

No que diz respeito às **contas externas**, registou uma evolução menos favorável durante o ano com o stock de reservas internacionais líquidas a reduzir, permitindo, no terceiro trimestre do ano, garantir 5,6 meses das importações de bens e serviços estimadas para o ano de 2024.

Não obstante um desempenho excecional da balança corrente, não foi possível compensar a evolução menos favorável da balança financeira que registou uma redução dos influxos líquidos de financiamento para a economia em virtude do forte aumento dos ativos externos líquidos dos bancos comerciais e da redução do investimento direto estrangeiro realizado em Cabo Verde, na sequência do diferencial existente entre as taxas de juro internas e as do BCE, favorável à taxa europeia, bem como das condições de financiamento externo restritivas.

O desempenho bastante positivo da balança corrente foi reflexo de um contexto de melhoria das perspetivas económicas dos principais parceiros do país (com a redução da inflação e um mercado de trabalho ainda robusto) com impacto positivo no

rendimento real dos potenciais turistas e emigrantes e aumento na procura externa turística e nas remessas dos emigrantes.

No que se refere à **situação monetária e financeira** em 2024, caracterizou-se por uma expansão da liquidez no mercado monetário determinada, essencialmente, pelo aumento dos ativos externos líquidos dos bancos comerciais, acompanhado pela redução do crédito interno líquido e dos ativos líquidos do Banco de Cabo Verde, em particular as reservas internacionais líquidas do país.

O desempenho negativo do crédito interno líquido deveu-se, essencialmente, à redução do crédito líquido ao setor público administrativo na sequência da contração do stock de emissão de Obrigações do Tesouro. É de se referir, também, o contributo do aumento dos depósitos do setor público administrativo na evolução do crédito interno líquido.

O crédito à economia, por seu turno, conheceu uma evolução positiva, refletindo o crescimento da atividade económica nacional, bem como, os critérios de aprovação de empréstimos praticados pelos bancos comerciais ligeiramente menos restritivos, com impacto no aumento da procura por crédito.

Em termos das componentes do passivo, a expansão da oferta monetária traduziu a evolução dos passivos quase monetários e dos passivos monetários. Os passivos quase monetários aumentaram em resultado, sobretudo, da evolução dos depósitos a prazo em moeda nacional, dos depósitos de poupança e dos depósitos de emigrantes. Por seu turno, os passivos monetários cresceram devido aos acréscimos registados na moeda em circulação, tendo em conta a diminuição verificada nos depósitos à ordem em moeda nacional.

No que respeita à Política Monetária, o Banco de Cabo Verde deu seguimento, em 2024, às ações de ajustamento da sua política que tinha iniciado em 2023. Assim, durante o ano, procedeu a duas revisões da sua estrutura de taxas de juros, aumentando-as, primeiro em 25 pontos base e, depois, em mais 50 pontos base.

Os motivos que estiveram na origem destas revisões prendem-se com o objetivo de reduzir, de forma gradual, o diferencial entre as taxas de juro internas e as praticadas na área do Euro; desincentivar a saída de capitais do país e manter o regime de *peg* fixo ao Euro.

As **contas públicas** conheceram uma evolução desfavorável determinada, essencialmente, pelo aumento das despesas correntes e com ativos não financeiros.

A evolução das despesas correntes deveu-se ao aumento dos gastos com : (i) pessoal, associado, sobretudo, ao pagamento das contribuições para a segurança social e a novas contratações; (ii) aquisição de bens e serviços, sobretudo pagamento de medicamentos, de serviços no âmbito da implementação de alguns projetos financiados com recursos consignados do Fundo do Turismo, de uniformes para as

Forças Armadas e Polícia Nacional, deslocação e estadas e honorários; (iii) as transferências correntes, sobretudo para os municípios, no âmbito de um acordo de crédito e de contratos programas financiados pelo Fundo de Desenvolvimento do Turismo; (iv) os benefícios sociais devido ao aumento atribuído pelo Governo às pensões e ao maior número de pensionistas; (v) outras despesas correntes, sobretudo com o pagamento da prestação de dívida acumulada e das transferências de capital para as organizações não governamentais e (vi) o pagamento de juros da dívida externa.

Por seu turno, as despesas com ativos não financeiros cresceram tendo em conta o aumento das despesas com a compra de ativos não financeiros (em particular, com a execução de projetos de investimentos públicos), bem como, a redução nas vendas de ativos não financeiros.

A evolução das receitas totais apresentou um abrandamento considerável devido às reduções registadas nas outras receitas e nas transferências (em donativos), tendo, contudo, contribuído positivamente para o saldo orçamental, graças ao bom desempenho das receitas fiscais. Estas últimas tiveram um bom desempenho tendo em conta o aumento registado na arrecadação dos principais impostos tendo em conta a dinâmica da atividade económica nacional, bem como, a cobrança de dívidas negociadas em prestações.

O endividamento interno líquido bem como o endividamento externo líquido foram positivos. O stock da dívida do Estado, excluindo os Títulos de Rendimento de Mobilização de Capital, aumentou no terceiro trimestre e representava cerca de 109,2% do PIB projetado para o ano de 2024.

Mercado de Seguros em Cabo Verde

Dados provisórios indicam que o mercado segurador Cabo-Verdiano registou um aumento de cerca de 200 mil contos face a 2023, representando um crescimento de 5% da produção de Seguro Direto, a qual atingiu os 4,1 Milhões de contos.

Esta desaceleração do crescimento, dos 15,1% observados em 2023 para os referidos 5%, tiveram o seu epicentro na redução de -11,9% do ramo Vida, conjugado com um aumento de apenas 8,9% no Não Vida.

O Vida passou de 740 mil contos para 652 mil contos e diminuiu o peso de 18,7% para 15,6% do total do Mercado.

O Ramo Não Vida ultrapassou os 3,5 milhões de contos contra 3,2 milhões de 2023.

Uma vez mais, o Turismo (que ultrapassou a meta de 1 milhão de visitantes) e a manutenção da relevância das remessas dos emigrantes suportaram o crescimento alcançado pelo mercado segurador.

O setor segurador nacional reafirmou a sua posição de corpo protector da Sociedade com grande capacidade de resposta aos riscos do País, cuja credibilidade e resiliência tem merecido forte apreço do Mercado Ressegurador Mundial.

5. PRINCIPAIS INDICADORES E VARIAVÉIS

	2 024	2 023	Var 24 / 23	Var 24 / 23 %
Produção				
Vida	204 933	354 226	(149 293)	-42,1%
Não Vida	1 302 213	1 182 471	119 741	10,1%
IMPAR	**1 507 145**	**1 536 697**	**(29 552)**	**-1,9%**
Vida	652 282	740 305	(88 024)	-11,9%
Não Vida	3 511 409	3 224 493	286 917	8,9%
Mercado	**4 163 691**	**3 964 798**	**198 893**	**5,0%**
Vida	31,4%	47,8%		-16,4%
Não Vida	37,1%	36,7%		0,4%
Quota	**36,2%**	**38,8%**		-2,6%
Seguro Directo	**756 075**	**506 760**	**249 315**	**49,2%**
Prémios	1 507 145	1 536 697	(29 552)	-1,9%
Sinistros	(416 812)	(492 842)	76 030	-15,4%
Provisões	(101 965)	(321 716)	219 751	-68,3%
Custos	(232 293)	(215 379)	(16 914)	7,9%
Resseguro	**(350 337)**	**(210 215)**	**(140 122)**	**66,7%**
Prémios	(495 900)	(490 572)	(5 329)	1,1%
Sinistros	38 327	146 216	(107 888)	-73,8%
Provisões	20 878	45 687	(24 809)	-54,3%
Custos	86 357	88 454	(2 097)	-2,4%
Resultados				
Resultado Técnico	**405 737**	**296 545**	**109 192**	**36,8%**
Seguro Directo	756 075	506 760	249 315	49,2%
Resseguro	(350 337)	(210 215)	(140 122)	66,7%
Resultado Bruto	**1 163 143**	**832 512**	**330 631**	**39,7%**
Técnico	405 737	296 545	109 192	36,8%
Não Técnico (*)	757 405	535 967	221 439	41,3%
Resultado Liquido	**1 093 784**	**756 987**	**336 797**	**44,5%**
Resultado Bruto	1 163 143	832 512	330 631	39,7%
Imposto sobre o lucro	(69 358)	(75 525)	6 166	-8,2%
Investimentos	**6 681 930**	**5 445 772**	**1 236 158**	**22,7%**
Financeiros	6 025 348	4 910 777	1 114 571	22,7%
Terrenos e Edificios	656 582	534 995	121 587	22,7%
Provisões Técnicas	**1 929 996**	**1 794 554**	**135 443**	**7,5%**
Seguro Directo	2 503 658	2 368 663	134 994	5,7%
Resseguro	(573 661)	(574 110)	448	-0,1%
Capital Próprio	**5 015 618**	**4 093 392**	**922 226**	**22,5%**
Capital Social	400 000	400 000	-	0,0%
Reservas e Resultados Transitados	3 521 834	2 936 405	585 429	19,9%
Resultado do Exercício	1 093 784	756 987	336 797	44,5%
Indicadores				
Rácio de Sinistralidade	27,7%	32,1%		-4,4%
Rácio de Despesa	15,4%	14,0%		1,4%
Rácio Combinado	**43,1%**	**46,1%**		**-3,0%**
Taxa de Provisionamento	-6,8%	-20,9%		14,2%
Rentabilidade técnica bruta	**50,2%**	**33,0%**		**17,2%**
Taxa de Cedência (saldo de resseguro)	-23,2%	-13,7%		-9,6%
Rentabilidade técnica liquida	**26,9%**	**19,3%**		**7,6%**
Rentabilidade não técnica	50,3%	34,9%		15,4%
Rentabilidade bruta	**77,2%**	**54,2%**		**23,0%**
Fiscalidade	4,6%	4,9%		-0,3%
Rentabilidade liquida	**72,6%**	**49,3%**		**23,3%**
Taxa efectiva de imposto	**6,0%**	**9,1%**		**-3,1%**

(*) inclui todos os rendimentos

6. A ACTIVIDADE DA IMPAR EM 2024

6.1. SÍNTESE DA ATIVIDADE

No decorrer do ano 2024, a ÍMPAR manteve o foco em medidas delineadas para a consolidação dos níveis de desempenho com vista ao desenvolvimento sustentável. Foi estabelecido o crescimento dos prémios em segmentos de maior rendibilidade, a promoção da redução da taxa de sinistralidade e melhoria dos rendimentos financeiros.

No que tange à Produção, a Companhia registou um decréscimo de 1,9%, tendo atingido um volume de prémios de 1.507 milhões de contos contra os 1.536 milhões de contos de 2023. A produção diminuiu 29.552 contos, sendo menos 149.293 contos do ramo Vida e mais 119.741 contos do ramo Não Vida. No ramo vida a diminuição deveu-se a um menor volume de prémios dos Produtos Financeiros.

A rúbrica de custos com sinistros apresentou o valor de 416.812 contos, representando um decréscimo de -15,4% face aos 492.842 contos de 2023. No ramo Automóvel e Transportes, a diminuição foi fruto do menor número de sinistros de elevado valor e no ramo Incêndio ao encerramento de um processo de elevado valor ocorrido em 2023.

Ao nível do Resseguro Cedido a IMPAR manteve a sua política de cedência, caracterizada pelo rigor na escolha dos seus Resseguradores. Assim, renovaram-se as participações com basicamente o mesmo leque do ano anterior. O resultado do resseguro cedido, situou-se nos 350.337 contos com uma variação negativa de 66,7% face a 2023. Tal deveu-se ao já citado sinistro no ramo Incêndio, mas também ao menor número de sinistros de levado valor com comparticipação do resseguro.

A política de investimentos adotada pela IMPAR, permitiu um retorno dos seus ativos na ordem dos 73.016 contos representando um aumento dos resultados financeiros na ordem dos 19% face a 2023.

O resultado líquido depois da estimativa de imposto situou-se nos 1.093.784 contos, 336.797 contos acima dos 756.987 contos do ano 2023, impactado pelo reconhecimento de ganhos em subsidiárias, contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e pela valorização dos imóveis de rendimento. Expurgados os referidos efeitos, os resultados distribuíveis atingem os 420.024 contos, mais 169.656 contos do que os 250.368 contos gerados no exercício anterior.

De registar a consistência dos resultados ao longo do tempo, em todas as vertentes analisadas, que é fruto de uma preocupação constante da IMPAR na melhoria da qualidade do serviço aos clientes. O investimento humano em formação, em informação e em tecnologia tem sido muito significativo e tem sido decisivo para a obtenção destes resultados.

6.2. PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO

mCVE

SEGURO DIRECTO	Prémios emitidos				Var 24/23 %
Ramo / Grupo Ramos	2024	%	2023	%	
Vida	204 933	14%	354 226	23%	-42%
Total I	**204 933**	**14%**	**354 226**	**23%**	**-42%**
Não Vida					
Acidentes e doença	337 312	22%	276 886	18%	22%
Incêndio e outros danos	233 707	16%	226 780	15%	3%
Automóvel	475 981	32%	440 911	29%	8%
Maritimo, aéreo e transportes	190 125	13%	165 069	11%	15%
Responsabilidade civil geral	54 311	4%	59 559	4%	-9%
Crédito e caução	10 777	1%	13 265	1%	-19%
Total II	**1 302 213**	**86%**	**1 182 471**	**77%**	**10%**
Total I + II	**1 507 145**	**100%**	**1 536 697**	**100%**	**-2%**

A produção decresceu 29.552 contos (-1,9%) sendo que destes, -131.767 devem-se aos produtos financeiros do ramo Vida.

Os restantes ramos cresceram 102.215 contos (8,2%) destacando-se os Acidentes com mais 60.426 (+21,8%), o Automóvel com mais 35.070 (8,0%) e o ramo Transportes mais 25.056 (+15,2%).

Nos Acidentes o crescimento é devido ao SOATDP que apresenta uma variação de 61.666 (+35,6%).

A carteira apresentou uma boa performance (em termos de estabilidade da carteira), não obstante a volatilidade do ramo Vida. A produção de seguro direto atingiu 1.507.145 contos em 2024, o que reflecte uma diminuição de -1,9% em relação ao ano anterior.

O mercado segurador apresentou uma variação positiva de 5,0% relativamente a 2023.

O ramo Automóvel continuou a ter grande relevância na estrutura de prémios da Companhia.

6.3 CUSTOS COM SINISTROS DE SEGURO DIRETO

mCVE

SEGURO DIRECTO	Custos com Sinistros				Var 24/23
Ramo / Grupo Ramos	2024	%	2023	%	%
Vida	79 608	19%	61 100	12%	30%
Total I	**79 608**	**19%**	**61 100**	**12%**	**30%**
Não Vida					
Acidentes e doença	52 716	13%	-4 706	-1%	-1220%
Incêndio e outros danos	-7 672	-2%	57 479	12%	-113%
Automóvel	273 841	66%	321 491	65%	-15%
Maritimo, aéreo e transportes	12 622	3%	39 088	8%	-68%
Responsabilidade civil geral	5 697	1%	18 389	4%	-69%
Crédito e caução	0	0%	0	0%	
Total II	**337 205**	**81%**	**431 742**	**88%**	**-22%**
Total I + II	**416 812**	**100%**	**492 842**	**100%**	**-15%**

Os custos com sinistros de seguro direto em 2024 ascenderam a 416.812 contos registando-se globalmente um decréscimo face ao ano anterior de -15%. Esta variação centra-se sobretudo ao nível dos ramos Incêndio, Automóvel, Transportes e Responsabilidade Civil.

No Vida o aumento deve-se a resgates dos produtos financeiros. Nos ramos acima referidos, a diminuição deve-se à não repetição de sinistros de alto valor ocorridos no ano anterior.

A taxa de sinistralidade, medida pelo custo com sinistros (pagamento de indemnizações mais variação das provisões) sobre os prémios adquiridos situou-se nos 26,3%.

%

Taxa de Sinistralidade	2024	2023
Não Vida		
Acidentes e doença	15,7%	-1,7%
Acidentes de Trabalho	20,5%	-3,4%
Acidentes Pessoais	4,3%	-0,5%
Doença	13,4%	15,0%
Incêndio e outros danos	-3,5%	32,2%
Automóvel	57,1%	72,9%
Maritimo, aéreo e transportes	7,2%	23,1%
Responsabilidade civil geral	9,7%	30,4%
Diversos	0,0%	0,0%
Total	26,3%	37,9%

* custos com sinistros com custos imputados em % dos prémios adquiridos

6.4 PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas de seguro direto alcançaram, em 2024, um valor de 2.503.658 contos resultando numa variação de mais 6%, relativamente a 2023.

mCVE

Provisões Técnicas de Seguro Direto	2024	2023	Var 24/23%
Provisão para Prémios Não Adquiridos	442 094	443 009	0%
Provisão Matemática Vida	689 945	588 317	17%
Provisão para Sinistros	**1 371 619**	**1 337 337**	**3%**
Vida	27 986	26 360	6%
Acidentes de Trabalho	118 612	106 608	11%
Automóvel	840 459	811 183	4%
Outros Ramos	384 562	393 186	-2%
Total	**2 503 658**	**2 368 663**	**6%**

O aumento da Provisões Técnicas é consequência natural da excelência da carteira de prémios da Companhia, para fazer face as responsabilidades assumidas com os tomadores de seguros e o aumento em 2024 é dividido entre Provisões Matemáticas Vida dos produtos Financeiros e as provisões para sinistros.

6.5 RESSEGURO CEDIDO

O saldo de resseguro cedido em 2024 registou o montante de 350.337 contos, tendo apresentado uma variação positiva de 67% face ao ano anterior.

As variações ocorridas nos prémios e comissões e provisões pautam-se dentro da dinâmica normal da nossa actividade. Relativo a rubrica Sinistros no Não Vida, a forte redução na comparticipação dos resseguradores deve-se ao menor número de sinistros de elevado valor ocorridos em 2024, ao contrário de 2023.

A IMPAR apresentou um rácio de cedência dos prémios de 33%, 1 p.p. acima do ano anterior.

O Programa de Resseguro respondeu positivamente às exigências, tendo confirmado a sua importância na proteção do capital. O leque de Resseguradores da ÍMPAR manteve o elevado grau de performance, segurança financeira e de capacidade técnica para dar resposta as nossas demandas.

Saldo Técnico de Resseguro*	2024	2023	Var 24/23%
Vida	**13 270**	**6 751**	**97%**
Prémios	40 008	53 178	-25%
Comissões	21 248	25 352	-16%
Sinistros e variação das Provisões Técnicas	5 491	21 075	-74%
NãoVida	**337 067**	**203 464**	**66%**
Prémios	455 892	437 394	4%
Comissões	65 109	63 102	3%
Sinistros e variação das Provisões Técnicas	53 715	170 828	-69%
Resultado	**350 337**	**210 215**	**67%**

6.6 SALDO TÉCNICO LÍQUIDO DE RESSEGURO

O saldo técnico líquido de resseguro em 2024 foi de 628.432 contos e apresenta um aumento de 23% em relação ao ano anterior.

mCVE

Saldo Técnico Liquido de Resseguro*	2024	2023	Var 24/23%
Vida	28 853	6 454	347%
Acidentes e doença	270 412	237 264	14%
Incêndio e outros danos	65 771	63 039	4%
Automóvel	201 253	125 354	61%
Maritimo, aéreo e transportes	40 120	53 510	-25%
Responsabilidade civil geral	15 734	17 121	-8%
Crédito e caução	6 288	6 967	-10%
Total	**628 432**	**509 710**	**23%**

* Sem custos imputados

6.7 CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos de gestão apresentam um aumento de 6,4% face a 2023. Os Fornecimentos e Serviços Externos aumentam nas Deslocações em Serviço, Conservação e Vigilância das Instalações e Publicidade. As amortizações têm um aumento face à actualização do parque Informático e da renovação parcial da frota de viaturas de serviço.

mCVE

Custos Operacionais	2024	2023	Var 24/23 %
Custos com Pessoal	138 227	136 808	1,0%
Fornecimentos e Serviços Externos	67 031	57 491	16,6%
Impostos	13 655	14 142	-3,4%
Amortizações	17 553	13 718	28,0%
Total	**236 466**	**222 159**	**6,4%**

6.8. INVESTIMENTOS

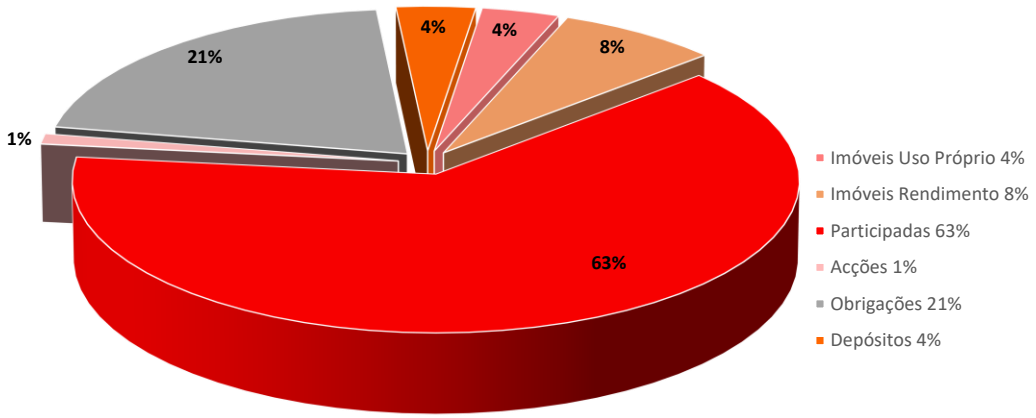
Em 2024, a carteira de investimentos da Companhia atingiu o valor 6.781.164 contos com uma variação positiva de 22,1% face ao ano anterior.

O investimento em Participadas representou a maior fatia com 63% do total da carteira, sendo de destacar a participação no BCN.

Apesar da forte aposta na Bancassurance e na formação de um forte Grupo Financeiro de matriz nacional, os restantes investimentos da Companhia são geridos com base no princípio da prudência, procurando-se a obtenção de um nível de diversificação adequado, tanto ao nível dos emitentes como por setores de atividade e qualidade creditícia

Os Investimentos da IMPAR, excluindo as participadas, registaram uma rentabilidade média de 2,6% para a qual contribuiu a manutenção da estratégia de investimento em obrigações de taxa fixa e a diversificação da carteira.

A composição da carteira de ativos no final de 2024 era a seguinte:



6.9 RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2024, o quadro de pessoal ativo da IMPAR comportava um total de 71 colaboradores.

A idade média dos colaboradores da Companhia é de 40 anos e a antiguidade média é de 11 anos, podendo ser considerado um vínculo contratual estável. A estratégia definida pelos Acionistas exige que a Companhia possua nos seus quadros excelentes

colaboradores, de modo que seja possível a obtenção de sucesso hoje e no médio/longo prazo.

No que tange a distribuição por género, 73% são do género feminino e 27% masculino.

No que se refere à composição do efetivo em termos de habilitações académicas, apurou-se 25 colaboradores com ensino superior, 44 com enquadramento no ensino secundário e 2 com ensino básico.

No âmbito da política de benefícios sociais a Empresa, à semelhança dos anos anteriores, proporcionou aos seus colaboradores um conjunto de benefícios, nomeadamente Seguro de Vida, Seguro de Saúde que garante o reembolso parcial das despesas médicas, Seguro Facultativo Acidentes de Trabalho, desconto nos demais Seguros Facultativos, e concessão de empréstimos com bonificação nos juros.

O investimento no desenvolvimento dos Colaboradores materializou-se, em 2024, em cerca de 400 horas de formação, abrangendo 52 Colaboradores, em domínios dirigidos especificamente para cada um e as linhas de negócio exploradas.

No âmbito da gestão de recursos humanos, os Colaboradores são submetidos a um processo anual de avaliação de desempenho, tendo em consideração o grau de cumprimento dos objetivos e o alinhamento com a estratégia definida. Este processo de avaliação visa a identificação das necessidades de formação e desenvolvimento dos Colaboradores.

Política de remunerações

As políticas de remuneração têm como principal objetivo o estabelecimento de parâmetros de remuneração adequados, que motivem o elevado desempenho individual e coletivo e que permitam estabelecer e atingir metas de crescimento da Companhia, representando bons resultados para os seus Acionistas.

Tanto a política de remuneração dos membros dos órgãos sociais, bem como a política de remunerações dos colaboradores estão na sua globalidade em linha com os princípios previstos nos normativos existentes, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Companhia.

Os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- Transparência, simplicidade e clareza, alinhados com a cultura da Sociedade;
- Não discriminação e igualdade de oportunidades;
- Mitigação e prevenção de riscos laborais;
- Políticas de responsabilidade social e ambiental;
- Direitos laborais.

• Sustentado numa eficaz gestão de risco e controlo rigoroso para evitar a exposição excessiva ao risco e aos conflitos de interesses, salvaguardando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e dos seus colaboradores com os interesses dos seus clientes e investidores;

• Equiparação e competitividade com as práticas do mercado, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;

• Em linha com as melhores práticas e tendências recentes no setor financeiro a nível nacional, com o objetivo de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos;

• Apuramento de prémio de produtividade baseado na avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade e da indústria seguradora nacional;

6.10 RESULTADOS DO EXERCÍCIO

mCVE

Resultados	2024	2023	24 / 23
Seguro Directo	**756 075**	**506 760**	**249 315**
Prémios Brutos	1 507 145	1 536 697	(29 552)
Prémios Diferidos	(337)	(55 905)	55 568
Sinistros Técnicos	(404 799)	(478 458)	73 659
Sinistros Outros	(12 014)	(14 384)	2 370
Outras Provisões	(101 628)	(265 812)	164 184
Custos Exploração	(232 293)	(215 379)	(16 914)
Resseguro	**(350 337)**	**(210 215)**	**(140 122)**
Prémios Brutos	(495 900)	(490 572)	(5 329)
Prémios Diferidos	20 878	45 687	(24 809)
Sinistros Técnicos	38 327	146 216	(107 888)
Custos Exploração	86 357	88 454	(2 097)
Estrutura	**688 047**	**460 442**	**227 605**
Rendimentos	799 415	557 438	241 977
Outros Resultados	(42 009)	(21 471)	(20 539)
Imposto s/Lucros	(69 358)	(75 525)	6 166
Resultado	**1 093 784**	**756 987**	**336 797**

Os resultados incluem o valor da equivalência patrimonial do BCN e da IMOPAR, respectivamente, nos montantes de 530.208 contos e 5.403 contos, a valorização ao justo valor das acções da ENACOL no valor de 150 contos e a valorização positiva dos Imóveis de Rendimento no valor de 112.785 contos.

A valorização dos Imóveis de Rendimento, geraram um valor de IRPC diferido no valor de 25.213.

Os rendimentos acima dão um total de 673.760 contos em 2024 e de 506.619 contos em 2023. Sem estes, o resultado líquido seria de 420.025 contos em 2024 e de 250.368 contos em 2023, ou seja, uma variação positiva de 169.656 contos.

6.11 CAPITAL PRÓPRIO E MARGEM DE SOLVÊNCIA

Em função dos bons resultados obtidos, o Capital próprio da Companhia cresceu 22,5% passando a valer 5.015.618 contos, mais 922.226 contos em relação a 2023.

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de Capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvabilidade robustos e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco, podendo afirmar que os capitais próprios actuais que são mais do triplo do valor legal estão preparados para superar com distinção a implementação da Solvência II em Cabo Verde.

O rácio de cobertura da Margem de Solvência correspondente a 849%, situando-se acima dos requisitos exigidos pela lei, reflectindo uma situação financeira estável.

6.12 SISTEMAS DE GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO

Mantêm-se o sistema de gestão de risco e controlo interno eficaz, determinante para a proteção e fortalecimento da Companhia, prevenindo ou diminuindo o impacto negativo de eventos futuros.

A gestão deste sistema acrescenta valor à Companhia e dota-a de mecanismos que assegurem ao mesmo tempo os interesses dos acionistas e dos clientes. Para tal, é essencial a incorporação de uma cultura que promova a tomada de risco de modo consciente e disciplinado.

A operacionalização do sistema de gestão de risco e controlo interno é transversal a toda a Companhia. As diversas linhas de defesa que foram instituídas no sistema de governação dos riscos contemplam as áreas operacionais, as funções de controlo, conformidade, gestão do risco e atuariais e ainda a função de auditoria interna.

Este sistema tem como objetivo assegurar que o perfil de risco global se mantém dentro dos níveis de apetite e tolerância aprovados pelo Conselho de Administração, obtendo uma rentabilidade que represente uma compensação adequada aos acionistas pelo risco assumido.

Para tal, o ciclo de gestão de risco inclui:

- Identificar os riscos que a Companhia pode enfrentar;

- Estabelecer um processo comum através do qual se possa monitorizar conjuntamente rentabilidade e risco;

- Estabelecer tolerâncias de risco e políticas que fundamentam o processo, para articular o nível de exposição máximo a cada risco ou a combinações de risco;

- Monitorizar a exposição ao risco e manter uma supervisão ativa sobre a posição de solvência das Companhias.

No decurso do ano de 2024 foram desenvolvidas diversas ações e projetos, não só por definição estratégica relacionada com a gestão de risco e controlo interno, mas também pelo reforço destes temas e dos requisitos específicos que o regime de Solvência II previsto ser implementado em breve em Cabo Verde irá incutir na atividade.

Assim destacam-se as seguintes atividades:

- Revisão e atualização de algumas políticas de risco (reservas, prevenção de branqueamento de capitais, tratamento e competência e idoneidade);

- Implementação da função de controlo Actuarial;

- Cálculo trimestral do rácio de solvência e respetivo reporte quantitativo ao Supervisor;

- Divulgação pública do Relatório e Contas e respetivos relatórios do Fiscal Único, Auditor Externo e do Atuário Responsável no *website* da Companhia;

A envolvência e o empenho de todas as áreas, em particular dos Órgãos de Administração, na execução das atividades descritas, permitiram o cumprimento dos objetivos com sucesso. O sistema de gestão de risco e controlo interno tornou-se mais robusto e sólido permitindo à Companhia o desenvolvimento da sua atividade com segurança e sustentabilidade.

7. PERSPETIVAS PARA 2025

A anunciada entrada de uma terceira Seguradora no mercado de Cabo Verde irá mudar totalmente o cenário existente, trazendo enormes desafios comerciais acrescidos do impacto que a procura de clientes por parte dessa nova seguradora irá ter nos preços técnicos em vigor no mercado e consequentemente na rentabilidade deste Sector.

Os resultados das eleições nos Estados Unidos da América, pode provocar uma alteração profunda da ordem mundial com grandes incertezas sobre qual o rumo que os conflitos militares persistentes e tensões geopolíticas existentes, nomeadamente na Ucrânia e no Médio Oriente, com especial enfoque na Faixa de Gaza.

Os impactos da mudança de postura da Administração Norte-Americana em relação ao comércio mundial com a introdução de tarifas aduaneiras e outras medidas

restritivas irão ter fortes impactos a nível da economia pelo que se afiguram grandes desafios e muita incerteza ao longo do ano de 2025.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado líquido da IMPAR atingiu em 2024 os 1.093.784 contos, dos quais apenas 420.024 contos são distribuíveis, conforme o mencionado na Mensagem do Conselho de Administração e o detalhado e explicado no Anexo às Contas.

Assim, o Conselho de Administração propõe a seguinte distribuição de Resultados:

Dividendos: 200.000 contos

Reservas livres: 893.784 contos

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração reconhece o importante contributo dos diferentes stakeholders para o bom desempenho da Companhia, na concretização dos seus objetivos e na implementação do plano estratégico.

Agradecemos especialmente:

- Aos Clientes, pela sua plena confiança na Companhia para assegurar as suas necessidades de cobertura dos seus riscos;
- À Autoridade de Supervisão, pelo seu acompanhamento e colaboração permanentes;
- Aos Acionistas, pelo suporte dado ao longo de todo o exercício;
- Ao BCN - Banco Caboverdiano de Negócios, pelo seu crescente papel na comercialização dos produtos da Companhia;
- Ao Fiscal Único, pelo seu acompanhamento e aconselhamento;
- Aos nossos Resseguradores, pela confiança e aumento da capacidade de aceitação de riscos por nós subscritos;
- Aos nossos diversos prestadores de serviços, por complementarem a nossa atividade, com elevados níveis de serviço;
- E aos Colaboradores, pela sua motivação, dedicação e profissionalismo, que tornaram possível a obtenção dos resultados verificados.

A todos, os nossos sinceros agradecimentos.

Cidade do Mindelo, 06 de Março de 2025

Cidade do Mindelo, 06 de Março de 2025

O Conselho de Administração

Luís Vasconcelos Lopes
Presidente

Paulo Jorge de Oliveira Lima
Vice-Presidente

António Raposo Correia
Administrador Delegado

Joaquim Alberto Vieira Coimbra
Administrador

Hermínio do Nogueira Sousa Brito
Administrador

II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO

unid CVE

ACTIVO	Notas	2024			2023
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações e ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	16	147 518 241		147 518 241	121 496 880
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	17	4 302 268 057		4 302 268 057	3 755 642 762
Activos disponíveis para venda	18	72 213 643		72 213 643	294 365 186
Outros depósitos		250 000 000		250 000 000	260 000 000
Investimentos a deter até à maturidade	20	1 400 866 643		1 400 866 643	600 769 307
Terrenos e edifícios	21	755 816 016	(99 234 330)	656 581 686	534 994 600
Terrenos e edifícios de serviço próprio	21	244 716 016	(99 234 330)	145 481 686	119 180 066
Terrenos e edifícios de rendimento	21	511 100 000		511 100 000	415 814 534
Outros activos tangíveis	22	183 021 804	(150 081 477)	32 940 327	12 811 352
Inventários	22	322 554		322 554	391 354
Outros activos intangíveis	23	19 536 211	(19 191 592)	344 619	181 737
Provisões técnicas de resseguro cedido	24	573 661 355		573 661 355	574 109 771
Provisões para prémios não adquiridos	24	225 442 735		225 442 735	204 564 340
Provisão para sinistros	24	348 218 620		348 218 620	369 545 431
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	25	523 758 465	(192 375 384)	331 383 081	544 546 996
Contas a receber por operações de seguro directo	25	490 488 186	(192 375 384)	298 112 802	242 924 761
Contas a receber por outras operações de resseguro	25	12 954 495		12 954 495	8 591 654
Contas a receber por outras operações	25	20 315 784		20 315 784	293 030 581
Activos por impostos	26	48 484 859		48 484 859	23 185 782
Activos por impostos correntes	26	85 578		85 578	-
Activos por impostos diferidos	26	48 399 281		48 399 281	23 185 782
Acréscimos e diferimentos	27	39 863 238		39 863 238	20 132 367
Outros elementos do activo		2 140 000		2 140 000	2 140 000
TOTAL DO ACTIVO		**8 319 471 085**	**(460 882 783)**	**7 858 588 302**	**6 744 768 094**

A Direcção Financeira

O Conselho de Administração

BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO

unid CVE

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2024	2023
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	30	400 000 000	400 000 000
Reservas de reavaliação	31	17 442 615	15 000
Por ajustamentos no justo valor		15 000	15 000
Por revalorização de terrenos e edifícios		17 427 615	-
Outras reservas	31	2 951 714 250	2 394 727 375
Resultados transitados	31	552 676 690	541 662 423
Resultado do exercício	32	1 093 784 358	756 986 875
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		**5 015 617 913**	**4 093 391 673**
PASSIVO			
Provisões técnicas	24	2 503 657 620	2 368 663 382
Provisão para prémios não adquiridos	24	442 093 913	443 009 455
Provisão para seguros e operações do ramo vida	24	683 918 493	583 910 354
Provisão para sinistros	24	1 371 619 169	1 337 337 337
De vida	24	27 985 827	26 359 785
De acidentes de trabalho	24	118 372 799	105 924 697
De automóvel	24	790 439 405	757 140 231
De outros ramos	24	434 821 138	447 912 624
Provisões para participação nos resultados	24	6 026 045	4 406 236
Outros credores por operações de seguros e outras operações	28	229 320 626	190 854 672
Contas a pagar por operações de seguro directo	28	19 875 747	13 892 204
Contas a pagar por outras operações de resseguro	28	160 751 832	124 207 785
Contas a pagar por outras operações	28	48 693 047	52 754 683
Passivos por impostos	26	68 138 908	57 308 349
Passivos por impostos correntes		68 138 908	57 308 349
Acréscimos e diferimentos	27	25 153 276	17 850 059
Outras provisões	29	16 699 960	16 699 960
TOTAL PASSIVO		**2 842 970 389**	**2 651 376 421**
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		**7 858 588 302**	**6 744 768 094**

A Direcção Financeira

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS A 31 DE DEZEMBRO

unid CVE

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	Técnica Vida	Técnica não Vida	Não Técnica	2024	2023
Prémios adquiridos liquidos de resseguro	5	188 655 552	843 130 828	-	1 031 786 380	1 035 908 080
Prémios brutos emitidos	5	204 932 554	1 302 212 653	-	1 507 145 207	1 536 697 214
Prémios de resseguro cedido	5	(40 008 409)	(455 892 009)	-	(495 900 418)	(490 571 543)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	5	20 732 215	(21 069 019)	-	(336 804)	(55 904 508)
Provisão para prémios não adquiridos, resseguro (var.)	5	2 999 192	17 879 203	-	20 878 395	45 686 917
Custos com sinistros, liquidos de resseguro	6	(77 116 189)	(301 368 869)	-	(378 485 058)	(346 626 302)
Montantes pagos	6	(76 811 475)	(245 854 420)	-	(322 665 895)	(289 524 815)
Montantes brutos	6	(77 981 475)	(304 338 517)	-	(382 319 992)	(376 603 159)
Parte dos resseguradores	6	1 170 000	58 484 097	-	59 654 097	87 078 344
Provisão para sinistros (variação)	6	(304 714)	(55 514 449)	-	(55 819 163)	(57 101 487)
Montante bruto	6	(1 626 042)	(32 866 310)	-	(34 492 352)	(116 238 712)
Parte dos resseguradores	6	1 321 328	(22 648 139)	-	(21 326 811)	59 137 225
Provisão matemática do ramo vida, liquida de resseguro	8	(100 008 139)	-	-	(100 008 139)	(264 106 625)
Montante bruto	8	(100 008 139)	-	-	(100 008 139)	(264 106 625)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	9	(1 619 809)	-	-	(1 619 809)	(1 705 112)
Custos e gastos de exploração liquidos	10	(18 213 387)	(214 079 859)	-	(232 293 246)	(215 378 989)
Custos de aquisição	10	(9 735 867)	(109 294 448)	-	(119 030 315)	(111 770 950)
Custos de aquisição diferidos (variação)	10	(47 583)	1 299 929	-	1 252 346	2 463 724
Gastos administrativos	10	(8 429 937)	(106 085 340)	-	(114 515 277)	(106 071 763)
Comissões e participação resultados de resseguro	10	21 247 816	65 109 425	-	86 357 241	88 453 835
Rendimentos	12	30 226 513	118 587 846	209 999	149 024 358	35 691 723
De juros de activos financeiros	12	29 896 513	23 573 420	209 999	53 679 932	29 656 147
Outros	12	330 000	95 014 426	-	95 344 426	6 035 576
Gastos financeiros	13	-	(8 908 107)	-	(8 908 107)	(9 043 180)
Outros	13	-	(8 908 107)	-	(8 908 107)	(9 043 180)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados a	12	10 751 870	-	-	10 751 870	25 553 531
Outros	12	10 751 870	-	-	10 751 870	25 553 531
Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	12	23 214 626	(300 000)	89 870 840	112 785 466	6 164 950
Outros rendimentos / gastos técnicos, líq. de resseguro	12	4 908	-	-	4 908	4 332
Outras provisões (variação)	14	-	-	(34 945 653)	(34 945 653)	(13 365 666)
Outros rendimentos e gastos	15	-	-	(7 068 431)	(7 068 431)	(8 109 328)
Ganhos e perdas de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	17	-	535 761 028	-	535 761 028	499 070 573
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		**53 929 135**	**1 038 232 292**	**(41 804 085)**	**1 163 142 807**	**832 511 822**
Imposto sobre o rendimento do exercício	26	-	-		(94 571 948)	(76 908 362)
Imposto diferido		-	-	25 213 499	25 213 499	1 383 415
RESULTADO LIQUIDO DE IMPOSTOS		**53 929 135**	**1 038 232 292**	**(16 590 586)**	**1 093 784 358**	**756 986 875**

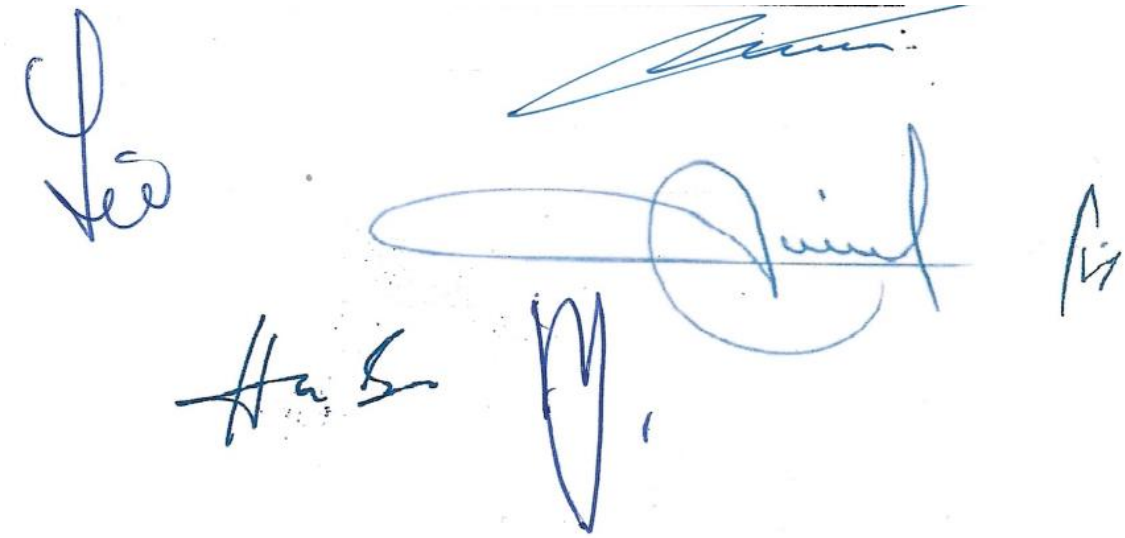
A Direcção Financeira

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA A 31 DEZEMBRO

unid CVE

Fluxos de caixa	2024	2023
Resultado Liquido do Exercicio	1 093 784 358	756 986 875
Provisões Técnicas Seguro Directo	134 994 238	435 012 767
Provisões Técnicas Resseguro Cedido	448 416	(104 824 142)
Provisão para prémios em cobrança	34 945 653	13 365 666
Amortizações	17 552 572	13 717 678
Equivalência Patrimonial	(673 819 993)	(507 118 938)
Prémios em Cobrança	(90 896 480)	(39 546 193)
Operações Seguro Directo	6 746 329	(527 133)
Operações Resseguro	32 181 206	19 274 516
Estado e outros entes públicos	10 744 981	8 610 667
Outros	268 721 961	(280 641 050)
Acréscimos e Diferimentos	(12 427 654)	(10 962 636)
Fluxos das actividades operacionais (1)	**822 975 587**	**303 348 076**
Imóveis	60 000	500 000
Titulos Rendimento Variável	220 801 543	(220 801 543)
Titulos Rendimento Fixo	(798 597 336)	3 846 154
Outros Investimentos	10 000 000	-
Imobilizações corpóreas	(28 773 440)	(4 352 234)
Imobilizações incorpóreas	(444 994)	(143 750)
Fluxos das actividades de investimento (2)	**(596 954 227)**	**(220 951 373)**
Pagamento dividendos	(200 000 000)	(150 000 000)
Fluxos das actividades de financiamento (3)	**(200 000 000)**	**(150 000 000)**
Fluxos das actividades	**26 021 360**	**(67 603 297)**
Caixa e seus equivalentes no início do período	121 496 880	189 100 177
Caixa e seus equivalentes no final do período	147 518 241	121 496 880
Variação de caixa e seus equivalentes	**26 021 360**	**(67 603 297)**



DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

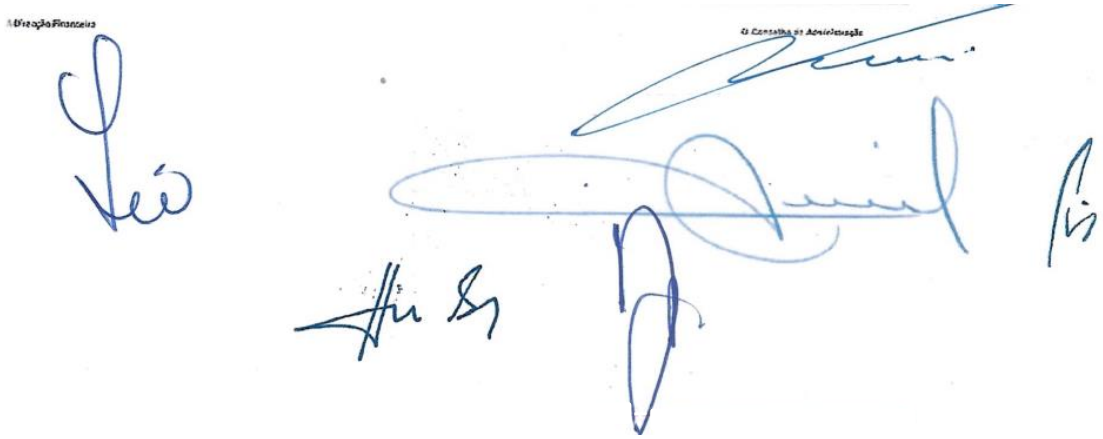
Unid: CVE

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuido aos detentores do capital (entidade individual/empresa mãe)											Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Acções (quotas próprias)	Prestações Suplementares e outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras reservas	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos em activos Financeiros	Outras Variações no capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado líquido do Exercício	Total	
Balanço a 31 de Dezembro de 2023		**400 000 000**	**-**	**-**	**7 513 000**	**80 000 000**	**2 307 214 375**	**-**	**15 000**	**-**	**541 662 423**	**756 986 875**	**4 093 391 673**	**-**	**4 093 391 673**
Correcções de erros (IAS8)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-
Balanço de abertura em 01 de Janeiro de 2024		**400 000 000**	**-**	**-**	**7 513 000**	**80 000 000**	**2 307 214 375**	**-**	**15 000**	**-**	**541 662 423**	**756 986 875**	**4 093 391 673**	**-**	**4 093 391 673**
Aumentos/Reduções de capital															
Transacção de acções próprias															
Ganhos liquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos															
Ganhos liquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponiveis para venda													-		-
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio															
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de activos intangíveis															
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de outros activos tangíveis															-
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	31	-	-	-	-	-	556 986 875	-	-	-		(556 986 875)	-	-	-
Distribuição de reservas															
Distribuição de Lucros	33	-	-	-	-	-		-	-	-		(200 000 000)	(200 000 000)	-	(200 000 000)
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio	17	-	-	-	-	-	-	17 427 615	-	-	11 014 267		28 441 882	-	28 441 882
Total das variações do capital próprio		**400 000 000**	**-**	**-**	**7 513 000**	**80 000 000**	**2 864 201 250**	**17 427 615**	**15 000**	**-**	**552 676 690**	**-**	**3 921 833 555**	**-**	**3 921 833 555**
Resultado líquido em 31 de Dezembro de 2024	32	-	-									1 093 784 358	1 093 784 358		1 093 784 358
Balanço a 31 de Dezembro de 2024		**400 000 000**	**-**	**-**	**7 513 000**	**80 000 000**	**2 864 201 250**	**17 427 615**	**15 000**	**-**	**552 676 690**	**1 093 784 358**	**5 015 617 914**	**-**	**5 015 617 914**

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unid: CVE

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuido aos detentores do capital (entidade individual/empresa mãe)											Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Acções (quotas próprias)	Prestações Suplementares e outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras reservas	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos em activos Financeiros	Outras Variações no capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado líquido do Exercício	Total	
Balanço a 31 de Dezembro de 2022		**400 000 000**	**-**	**-**	**7 513 000**	**80 000 000**	**1 663 901 807**	**-**	**15 000**	**-**	**535 331 039**	**793 312 568**	**3 480 073 415**	**-**	**3 480 073 415**
Correcções de erros (IAS8)	39												-		-
Balanço de abertura em 01 de Janeiro de 2023		**400 000 000**	**-**	**-**	**7 513 000**	**80 000 000**	**1 663 901 807**	**-**	**15 000**	**-**	**535 331 039**	**793 312 568**	**3 480 073 415**	**-**	**3 480 073 415**
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	31	-		-		-	643 312 568	-	-	-	-	(643 312 568)	-		-
Distribuição de reservas				-		-		-	-	-	-		-		
Distribuição de Lucros	33	-		-		-		-	-	-	-	(150 000 000)	(150 000 000)		(150 000 000)
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio	17	-		-		-	-	-	-	-	6 331 384		6 331 384		6 331 384
Total das variações do capital próprio		**400 000 000**	**-**	**-**	**7 513 000**	**80 000 000**	**2 307 214 375**	**-**	**15 000**	**-**	**541 662 423**	**-**	**3 336 404 798**	**-**	**3 336 404 798**
Resultado líquido em 31 de Dezembro de 2023	32											756 986 875	756 986 875		756 986 875
Balanço a 31 de Dezembro de 2023		**400 000 000**	**-**	**-**	**7 513 000**	**80 000 000**	**2 307 214 375**	**-**	**15 000**	**-**	**541 662 423**	**756 986 875**	**4 093 391 673**	**-**	**4 093 391 673**



III – ANEXO ÀS CONTAS

Notas às Demonstrações Financeiras

1 – Informações Gerais

A IMPAR – Companhia Caboverdiana de Seguros, S.a.r.l. ("IMPAR ou Companhia"), com Sede Social na Praça Amilcar Cabral, Cidade do Mindelo e Sede Administrativa na Rua Amílcar Cabral, Cidade da Praia, foi criada em 1992, tendo os seus estatutos sido publicados através do Boletim Oficial nº 7 de 15 de Fevereiro de 1992. É uma Sociedade Anónima, nos termos do Código de Empresas Comerciais, cabendo a sua gestão ao seu Conselho de Administração, que delega a gestão corrente no seu Administrador Delegado.

O Capital da Companhia é integralmente Caboverdiano, sendo detida em 20% pela Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes, Lda, 20% pela ING – Investimentos e Gestão, Lda, 20% pela Labesfal Farma Cabo Verde, Lda, 10,622% pela OLIGEST – Investimentos, SA, 7,716% por Luís Vasconcelos Lopes, 7% pela ALIANÇA - Negócios e Gestão, Lda e os restantes 14,66% por diversos accionistas nacionais.

A Companhia tem por objecto social o exercício da actividade de seguro e resseguro dos ramos Vida e Não Vida, com a amplitude consentida pela lei; podendo exercer actividades conexas ou complementares de seguro ou resseguro a que se dedica. Tem desenvolvido a sua actividade de seguro exclusivamente em Cabo Verde, operando nos ramos Vida e Não Vida e utilizando canais de distribuição que garantem uma ampla cobertura do território nacional.

Considerando a sua dimensão, tem subscrito contratos de resseguro em praticamente todos os ramos, mas com um enfoque especial nos de maior concentração de risco, como por exemplo o Aéreo, o Responsabilidade Civil e o Marítimo. A estruturação desses contratos de Resseguro está suportada em Tratados Proporcionais para a generalidade das situações, à exceção dos Ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho onde estão estabelecidos Tratados em Excess of Loss. Para além dos Tratados, a IMPAR faz colocação em regime de Resseguro Facultativo para os casos dos negócios especiais, nomeadamente os da Aviação e sempre que as linhas e os limites dos Tratados estejam esgotadas, sendo esses negócios analisados caso a caso pelos Resseguradores.

A Companhia conta, a nível técnico, com o apoio de importantes entidades resseguradoras internacionais, nomeadamente as Espanholas Mapfre RE e Nacional Reasseguros, sendo a Mapfre a líder detendo 40% dos Tratados Proporcionais e não Proporcionais; a Alemã R+V, a Francesa SCOR e a PAN Africana Cica Re. De realçar ainda o apoio da Europ Assistance (Francesa) no âmbito dos seguros de assistência em viagem.

A IMPAR explora todos os ramos de seguros Não Vida, para os quais foi autorizada pelo Banco de Cabo Verde e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, sejam eles para particulares ou para empresas e utiliza todas as fontes de informação disponíveis para a avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais

Conforme se encontra evidenciado neste relatório, no ano de 2024 o ramo Vida representou 14% dos prémios brutos emitidos. Os ramos Não Vida representaram 86% da carteira dos prémios brutos emitidos, onde se destacam os ramos Automóvel, representando 32% das vendas Não Vida, Incêndio e Outros Danos em Coisas 16% e Acidentes e Doença 22%.

O resultado líquido do exercício de 2024 fixou-se nos 1.093.784 contos, impactado pelo reconhecimento de ganhos em subsidiárias contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e pela Valorização dos imóveis de Rendimento. Expurgados os referidos efeitos, os resultados distribuíveis atingem os 420.024 contra os 251.751 contos gerados no exercício anterior.

Estas demonstrações financeiras refletem as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. As mesmas já foram aprovadas pelo CA em 31 de janeiro de 2024.

2 - Base de preparação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras da IMPAR foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, estabelecido pelo Banco de Cabo Verde - Autoridade de Supervisão de Seguros, nos termos do Aviso nº 3/2010 e Aviso nº4/2010, de 28 de Junho, que introduzem as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) nas Empresas de Seguro em Cabo Verde e definem o plano de contas para as empresas de seguros com reporte e publicação de informação contabilística e demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB").

O atual Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS/IAS). Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores. Em 2011, a IMPAR adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2011.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2024, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício de 2023.

As demonstrações financeiras estão expressas em Escudos de Cabo Verde, e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e imóveis de rendimento. Os restantes activos e passivos financeiros, bem

como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Na preparação das demonstrações financeiras foram igualmente utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência da apresentação e da continuidade, tendo por base os registos contabilísticos.

Os valores apresentados nas presentes notas às demonstrações financeiras estão expressos em milhares de escudos de Cabo Verde, excepto quando referido.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

As divulgações apresentadas seguem a sequência das rubricas das demonstrações financeiras, tendo sido assegurados os requisitos de divulgação de informação exigidos no Aviso 1/2012 do Banco de Cabo Verde.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes, sendo que os resultados reais podem diferir das estimativas. A Companhia não prepara demonstrações financeiras consolidadas por considerar não existir legislação específica em Cabo Verde, que obrigue a tal.

Adicionalmente, caso fossem preparadas demonstrações financeiras consolidadas iriam determinar um resultado líquido e capitais próprios semelhantes àqueles já relevados nas presentes demonstrações financeiras, uma vez que a mensuração dos investimentos em entidades filiais significativas é efetuada pelo método da equivalência patrimonial, o que implica uma apropriação da respetiva quota-parte detida no resultado líquido e capitais próprios das entidades controladas.

Principais Políticas Contabilísticos e Critérios Valorimétricos Adoptados

Investimentos em subsidiárias e associadas

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Companhia exerce controlo, que normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Nos investimentos em subsidiárias significativas a Companhia mensura as participações detidas pelo método equivalência patrimonial (MEP) subsequentemente ao lançamento inicial, registado ao custo da participação. Os impactos da aplicação do MEP são registados na conta de ganhos e perdas, pela apropriação da percentagem

detida no resultado das subsidiárias. As alterações do MEP provenientes de alterações de reservas das subsidiárias são registadas em Outras reservas da Companhia.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Companhia exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Nos investimentos em Associadas mensuradas pela equivalência patrimonial, o lançamento inicial é feito ao custo da participação, sendo depois considerado o MEP.

Activos financeiros

Classificação:

A Companhia classifica os seus activos financeiros no início de cada transacção, ou seja, no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, que inclui:

• Os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo;

• Os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando:

- Tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;

- Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (accounting mismatch);

- Tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

• Activos financeiros disponíveis para venda, que inclui:

- Os activos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;

- Os activos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;

- Os activos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.

- Empréstimos concedidos e contas a receber, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação, ou seja, quando a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados. Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados. Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos, ou seja, identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. Os juros e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando a melhor informação disponível, que, na ausência de informação sobre preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados, pode ser o valor contabilístico das entidades, com base nas suas demonstrações financeiras mais atualizadas.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de

imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro directo e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos, e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Escudos Cabo-vediano à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Activos tangíveis

Os activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao respectivo custo histórico sujeito a depreciação e testes de imparidade. Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais de amortização que reflectem, de forma razoável, a vida útil esperada dos bens:

	Anos de vida útil
Equipamento Administrativo	3 a 12
Equipamento Informático	3 a 5
Material de Transporte	7 a 8
Outros activos tangíveis	1 a 4

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo. Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Terrenos e edifícios de uso próprio

A Companhia classifica como imóveis de uso próprio, os imóveis cujo principal fim seja o seu uso continuado aplicando-se os critérios de mensuração que constam da IAS 16.

Os terrenos e edifícios de uso próprio são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente o modelo de valorização é o modelo alternativo do custo, deduzido de depreciações e sujeito a testes de imparidade, previsto nas IAS 16.

As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes, tendo em conta o número de anos de vida útil de cada imóvel. A vida útil dos imóveis foi estimada, imóvel a imóvel. As vidas úteis destes imóveis variam até 25 anos, conforme o imóvel em causa.

Dispêndios subsequentes relacionados, são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Propriedades de investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos. As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas. Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas (software) são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais, suportadas pela Companhia, necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, normalmente 3 anos. Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem os valores de caixa e depósitos bancários e que possam ser imediatamente mobilizáveis.

Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respectivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. No decurso da sua actividade, a IMPAR apenas cede negócio, não aceitando qualquer negócio de resseguro.

Os valores a receber ou a pagar relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a pagar a resseguradores decorrentes de prémios cedidos e valores a receber decorrentes de comissões e participação dos resseguradores nos custos com sinistros.

Benefícios aos empregados

Pensões - A Companhia não assumiu qualquer responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões ou complementos de reforma por velhice ou invalidez.

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

Responsabilidade por férias e subsídio de férias - Incluída na rubrica de Acréscimos e Diferimentos do passivo, corresponde a um mês de remunerações e respectivos encargos, baseada nos valores do respectivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar posteriormente. De acordo com a legislação laboral de Cabo Verde, os trabalhadores têm direito a 22 dias úteis de férias por ano de serviço prestado, vencendo-se esse direito uma vez completado um ano de trabalho.

A política de remuneração dos Colaboradores definida pelo Conselho de Administração poderá contemplar um prémio pelo desempenho, atribuído com base nos resultados obtidos por estes e pela Companhia e nos critérios definidos no modelo de avaliação de desempenho em vigor na Companhia. Os gastos resultantes de bónus de desempenho são registados pela Companhia como gastos do ano.

Os Colaboradores da Companhia que se encontram no ativo beneficiam de um seguro de saúde. Os gastos resultantes deste benefício são registados pela Companhia como gastos do ano.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros, registados em ganhos e perdas, incluem os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do período, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos dos acréscimos e deduções a matéria coletável, bem como da tributação autónoma. Os impostos diferidos, por sua vez, correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias, dedutíveis ou tributáveis, entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Colectivas desde a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de Janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Colectivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 22,44%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respectivo exercício.

Contabilisticamente, são registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Porém, apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros, que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos

nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de relato.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

A base tributável dos activos e passivos é determinada de forma a reflectir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de abrangidos no referido período podem vir a ser corrigidos.

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são refletidos na conta de ganhos e perdas do período, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do período.

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de activos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efectuado utilizando o método da taxa efectiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Dividendos recebidos

Os dividendos são reconhecidos quando recebidos.

Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos no Aviso nº 2/2005, do Banco de Cabo Verde.

Políticas contabilísticas adoptadas relativamente a contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afectar adversamente. A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os princípios seguintes:

Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro directo e de resseguro cedido são registados respectivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. A análise quantitativa dos prémios de seguro directo e de resseguro cedido é abordada na Nota 5.

Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para Prémios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data, ou seja, corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes. A Companhia, de acordo com as instruções do Banco de Cabo Verde, calculou esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método pro-rata temporis a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respectivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados ou participados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos. Para a determinação desta provisão é efectuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data.

Efectua-se ainda uma Provisão Matemática nos ramos Automóvel e de Acidentes de Trabalho, para sinistros ocorridos até 31 de Dezembro de 2024 que envolvam pagamentos de pensões já homologadas pela Junta Médica e também a estimativa das responsabilidades com pensões de sinistros registados até 31 de Dezembro de 2024 e que se encontram pendentes de acordo final ou sentença (pensões presumíveis).

Provisão matemática

As Provisões Matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos actuariais definidos pelo Banco de Cabo Verde e legislação laboral vigente.

Adicionalmente, considera-se ainda uma Provisão face às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de

sinistrados em tratamento em 31 de Dezembro de 2024 ou de sinistros já ocorridos e ainda não participados.

As provisões matemáticas têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro emitidos e são calculadas, com base em métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Nos termos da nova legislação do SOATDP que entrou em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2023 que também se aplica ao SORCA, continuou-se a aplicar a tábua de mortalidade PF 60/64, com uma taxa de juro de 6% e encargos de gestão de 4%, tendo no entanto, sido reajustados os coeficientes de expectativa de vida que praticamente duplicaram.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte. O montante da Provisão para Riscos em Curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos.

Provisão para o resseguro cedido

A provisão para o resseguro cedido é determinada aplicando os critérios acima descritos para o seguro directo, tendo em consideração as condições dos tratados de resseguro cedido celebrados.

3 – Principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. As alternativas analisadas de seguida são apresentadas apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda e em investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

A Companhia determina se existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda e em investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

Provisões técnicas

As provisões técnicas, incluindo provisões para sinistros, correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos de seguro.

As provisões técnicas relativas aos produtos Acidentes e Doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (i) provisão para participação nos resultados, (ii) provisão para prémios não adquiridos, (iii) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respectivas e (iiii) provisão para riscos em curso. Quando existem sinistros provocados ou

contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A provisão para riscos em curso, corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente pelo actuário.

A Companhia regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço. As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros factores.

As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que a informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Provisões para impostos

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor em Cabo Verde e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada à data de cálculo. Os impostos diferidos, quando aplicáveis, são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, passíveis de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período. De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia durante um período de quatro anos, pelo que é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da IMPAR de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

4 – Informação por segmentos

Um segmento operacional é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos operacionais.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A companhia considera como segmento principal o segmento operacional.

A IMPAR explora todos os ramos de seguros Vida e Não Vida, para os quais foi autorizada pelo Banco de Cabo Verde e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, sejam eles para particulares ou para empresas e utilizar todas as fontes de informação disponíveis para avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente. Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros.

Os segmentos de negócio objecto de relato são os produtos e soluções de maior relevância que a Companhia tem ao dispor dos seus clientes e agrupam-se como segue:

- Vida

- Não Vida:

- Acidentes e Doença
- Incêndio e Outros Danos
- Automóvel
- Transportes Marítimo e Aéreo
- Responsabilidade Civil
- Outros

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, as actividades operacionais desenvolvidas pela Companhia apresentam o seguinte detalhe nas principais rúbricas de balanço e da demonstração de resultados:

2 024	Total Vida	Total Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros	Automóvel	Transportes	Resp. Civil	Diversos	Total
Rubricas de Ganhos e Perdas									
Prémios brutos emitidos	204 933	1 302 213	337 312	233 707	475 981	190 125	54 311	10 777	1 507 145
Prémios Resseguro Cedido	40 008	455 892	57 974	175 527	18 681	152 947	43 789	6 973	495 900
Prémios brutos não adquiridos (variação)	(20 732)	21 069	1 430	15 511	(3 730)	13 871	(4 226)	(1 786)	337
Prémios Res.Cedido não adquiridos (var.)	2 999	17 879	(4 723)	9 372	-	18 794	(4 741)	(823)	20 878
Custos com sinistros brutos	79 608	337 205	52 716	(7 672)	273 841	12 622	5 697	-	416 812
Custos com sinistros Resseguro Cedido	2 491	35 836	41 006	(16 594)	9 641	(5 030)	6 813	-	38 327
Custos de exploração	18 213	214 080	53 466	41 767	78 017	29 014	10 022	1 793	232 293
Comissões de Resseguro Cedido	21 248	65 109	9 981	31 203	-	16 537	5 851	1 538	86 357
Outras Provisões	101 628	-	-	-	-	-	-	-	101 628
Resultado técnico	**12 946**	**392 792**	**217 989**	**32 553**	**118 814**	**11 973**	**6 951**	**4 511**	**405 737**
Rubricas de Balanço									
Provisões técnicas brutas	742 245	1 761 413	163 836	176 928	968 357	355 978	82 795	13 518	2 503 658
Provisões técnicas Resseguro Cedido	33 300	540 361	76 841	124 918	122 304	146 343	65 557	4 400	573 661

2 023	Total Vida	Total Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros	Automóvel	Transportes	Resp. Civil	Diversos	Total
Rubricas de Ganhos e Perdas									
Prémios brutos emitidos	354 226	1 182 471	276 886	226 780	440 911	165 069	59 559	13 265	1 536 697
Prémios Resseguro Cedido	53 178	437 394	51 465	166 390	28 617	139 474	43 557	7 890	490 572
Prémios brutos não adquiridos (variação)	12 521	43 384	(591)	48 496	183	(4 384)	(952)	631	55 905
Prémios Res.Cedido não adquiridos (var.)	(1 884)	47 571	(302)	38 406	-	8 840	360	268	45 687
Custos com sinistros brutos	61 100	431 742	(4 706)	57 479	321 491	39 088	18 389	-	492 842
Custos com sinistros Resseguro Cedido	22 959	123 257	(1 927)	47 282	26 963	37 970	12 968	-	146 216
Custos de exploração	16 755	198 624	45 234	39 485	73 842	27 091	10 950	2 021	215 379
Comissões de Resseguro Cedido	25 352	63 102	10 915	28 894	-	15 270	6 063	1 961	88 454
Outras Provisões	265 812	-	-	-	-	-	-	-	265 812
Resultado técnico	**(8 713)**	**305 258**	**194 169**	**29 512**	**43 740**	**25 880**	**7 005**	**4 951**	**296 545**
Rubricas de Balanço									
Provisões técnicas brutas	659 676	1 708 988	147 691	181 440	942 108	336 971	85 601	15 177	2 368 663
Provisões técnicas Resseguro Cedido	28 979	545 130	62 088	138 500	134 821	137 485	67 014	5 222	574 110

5 – Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

O detalhe dos prémios adquiridos líquidos de resseguro é como segue:

SEGURO DIRECTO	Prémios emitidos				Variação PPNA		Prémios adquiridos			
Ramo / Grupo Ramos	**2 024**	**%**	**2 023**	**%**	**2 024**	**2 023**	**2 024**	**%**	**2 023**	**%**
Vida	204 933	14%	354 226	23%	20 732	(12 521)	225 665	15%	341 705	23%
Total I	**204 933**	14%	**354 226**	23%	**20 732**	**(12 521)**	**225 665**	15%	**341 705**	23%
Não Vida										
Acidentes e doença	337 312	22%	276 886	18%	(1 430)	591	335 882	22%	277 478	19%
Incêndio e outros danos	233 707	16%	226 780	15%	(15 511)	(48 496)	218 196	14%	178 284	12%
Automóvel	475 981	32%	440 911	29%	3 730	(183)	479 711	32%	440 728	30%
Maritimo, aéreo e transportes	190 125	13%	165 069	11%	(13 871)	4 384	176 255	12%	169 453	11%
Responsabilidade civil geral	54 311	4%	59 559	4%	4 226	952	58 537	4%	60 511	4%
Crédito e caução	10 777	1%	13 265	1%	1 786	(631)	12 563	1%	12 634	1%
Total II	**1 302 213**	86%	**1 182 471**	77%	**(21 069)**	**(43 384)**	**1 281 144**	85%	**1 139 088**	77%
Total I + II	**1 507 145**	**100%**	**1 536 697**	**100%**	**(337)**	**(55 905)**	**1 506 808**	**100%**	**1 480 793**	**100%**

Os prémios brutos emitidos no exercício incluem o valor dos prémios ou frações de prémios respeitantes a períodos de risco com início nesse exercício.

A provisão para prémios não adquiridos é calculada prémio a prémio, através da aplicação do método "pro rata temporis" a partir dos prémios deduzidos dos respetivos custos de aquisição, considerando as datas de início e de fim do período de risco a que respeita o prémio ou fração.

Os prémios adquiridos são determinados como a diferença entre os prémios brutos emitidos e a variação da provisão para prémios não adquiridos, assegurando-se desta forma a aplicação do princípio da especialização dos exercícios.

O quadro seguinte evidencia a composição dos prémios de resseguro cedido, da variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido e dos prémios adquiridos de resseguro cedido, em 2024 e 2023:

RESSEGURO CEDIDO	Prémios emitidos				Variação PPNA		Prémios adquiridos			
Ramo / Grupo Ramos	**2 024**	**%**	**2 023**	**%**	**2 024**	**2 023**	**2 024**	**%**	**2 023**	**%**
Vida	40 008	9%	53 178	8%	(2 999)	1 884	37 009	8%	55 062	9%
Total I	**40 008**	9%	**53 178**	8%	**(2 999)**	**1 884**	**37 009**	8%	**55 062**	9%
Não Vida										
Acidentes e doença	57 974	8%	51 465	14%	4 723	302	62 697	8%	51 767	15%
Incêndio e outros danos	175 527	31%	166 390	26%	(9 372)	(38 406)	166 155	31%	127 984	27%
Automóvel	18 681	4%	28 617	3%	-	-	18 681	4%	28 617	3%
Maritimo, aéreo e transportes	152 947	35%	139 474	35%	(18 794)	(8 840)	134 153	37%	130 634	28%
Responsabilidade civil geral	43 789	11%	43 557	13%	4 741	(360)	48 530	11%	43 198	15%
Crédito e caução	6 973	2%	7 890	1%	823	(268)	7 796	1%	7 622	2%
Total II	**455 892**	91%	**437 394**	92%	**(17 879)**	**(47 571)**	**438 013**	92%	**389 823**	91%
Total I + II	**495 900**	**100%**	**490 572**	**100%**	**(20 878)**	**(45 687)**	**475 022**	**100%**	**444 885**	**100%**

Os prémios de resseguro cedido são determinados com base nos tratados de resseguro assinados. A provisão para prémios não adquiridos, parte de resseguro, é calculada prémio a prémio, através da aplicação do método "pro rata temporis", considerando as datas de início e de fim do período de risco a que respeita o prémio cedido, líquido dos respetivos custos de aquisição diferidos de resseguro cedido.

Os prémios adquiridos de resseguro cedido são determinados como a diferença entre os prémios de resseguro cedido e a variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, assegurando-se desta forma a aplicação do princípio da especialização dos exercícios.

O quadro seguinte evidencia a composição dos prémios brutos emitidos líquidos de resseguro cedido, da variação da provisão para prémios não adquiridos líquida de resseguro cedido e dos prémios adquiridos líquidos de resseguro cedido, em 2024 e 2023. A Companhia conta, a nível técnico, com o apoio de importantes entidades resseguradoras internacionais, nomeadamente as Espanholas Mapfre RE e Nacional Reasseguros, sendo a Mapfre a líder detendo 40% dos Tratados Proporcionais e não Proporcionais; a Alemã R+V, a Francesa SCOR e a Ivoiriense Cica Re. De realçar ainda o apoio da Europ Assistance (Francesa) no âmbito dos seguros de assistência em viagem.

LIQUIDO DE RESSEGURO	Prémios emitidos				Variação PPNA		Prémios adquiridos			
Ramo / Grupo Ramos	**2 024**	**%**	**2 023**	**%**	**2 024**	**2 023**	**2 024**	**%**	**2 023**	**%**
Vida	164 924	16%	301 048	29%	23 731	(14 405)	188 656	18%	286 643	28%
Total I	**164 924**	16%	**301 048**	29%	**23 731**	**(14 405)**	**188 656**	18%	**286 643**	28%
Não Vida										
Acidentes e doença	279 338	28%	225 421	22%	(6 153)	289	273 185	26%	225 710	22%
Incêndio e outros danos	58 179	6%	60 390	6%	(6 139)	(10 090)	52 041	5%	50 300	5%
Automóvel	457 300	45%	412 294	39%	3 730	(183)	461 030	45%	412 111	40%
Maritimo, aéreo e transportes	37 178	4%	25 595	2%	4 924	13 224	42 102	4%	38 819	4%
Responsabilidade civil geral	10 521	1%	16 002	2%	(515)	1 311	10 007	1%	17 313	2%
Crédito e caução	3 804	0%	5 375	1%	963	(364)	4 767	0%	5 011	0%
Total II	**846 321**	84%	**745 078**	71%	**(3 190)**	**4 188**	**843 131**	82%	**749 265**	72%
Total I + II	**1 011 245**	**100%**	**1 046 126**	**100%**	**20 542**	**(10 218)**	**1 031 786**	**100%**	**1 035 908**	**100%**

6 – Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Custos com sinistros de Seguro Directo do exercício de 2024:

CUSTOS COM SINISTROS SEGURO DIRECTO	Montantes pagos		Variação da Provisão	Custos com
Ramo / Grupos de ramos	**Prestações**	**Custos de gestão imputados**	**Sinistros**	**sinistros**
	1	**2**	**3**	**(1) + (2) + (3)**
Vida	76 698	1 283	1 626	79 608
Total I	**76 698**	**1 283**	**1 626**	**79 608**
Não Vida				
Acidentes e doença	35 951	2 478	14 368	52 796
Incêndio e outros danos	10 592	-360	-17 903	-7 671
Automóvel	232 670	12 850	28 241	273 761
Maritimo, aéreo e transportes	5 092	592	6 937	12 622
Responsabilidade civil geral	4 206	267	1 223	5 697
Crédito e caução	0	0	0	0
Total II	**288 511**	**15 828**	**32 866**	**337 205**
Total I + II	**365 209**	**17 111**	**34 492**	**416 812**

Custos com sinistros de Seguro Directo do exercício de 2023:

CUSTOS COM SINISTROS SEGURO DIRECTO	Montantes pagos		Variação da Provisão	Custos com
Ramo / Grupos de ramos	**Prestações**	**Custos de gestão imputados**	**Sinistros**	**sinistros**
	1	**2**	**3**	**(1) + (2) + (3)**
Vida	47 433	1 194	12 473	61 100
Total I	**47 433**	**1 194**	**12 473**	**61 100**
Não Vida				
Acidentes e doença	17 475	-155	-21 872	-4 552
Incêndio e outros danos	60 632	1 960	-5 128	57 464
Automóvel	225 271	10 960	85 137	321 368
Maritimo, aéreo e transportes	5 491	1 333	32 254	39 078
Responsabilidade civil geral	4 384	627	13 374	18 385
Crédito e caução	0	0	0	0
Total II	**313 252**	**14 724**	**103 765**	**431 742**
Total I + II	**360 685**	**15 918**	**116 239**	**492 842**

Custos com sinistros de Resseguro Cedido do exercício de 2024:

CUSTOS COM SINISTROS RESSEGURO CEDIDO	Montantes pagos		Variação da Provisão	Custos com
Ramo / Grupos de ramos	Prestações	Custos de gestão imputados	Sinistros	sinistros
	1	2	3	(1) + (2) + (3)
Vida	1 170	0	1 321	2 491
Total I	**1 170**	**0**	**1 321**	**2 491**
Não Vida				
Acidentes e doença	21 530	0	19 476	41 006
Incêndio e outros danos	6 360	0	-22 954	-16 594
Automóvel	22 158	0	-12 517	9 641
Maritimo, aéreo e transportes	4 907	0	-9 937	-5 030
Responsabilidade civil geral	3 529	0	3 284	6 813
Crédito e caução	0	0	0	0
Total II	**58 484**	**0**	**-22 648**	**35 836**
Total I + II	**59 654**	**0**	**-21 327**	**38 327**

Custos com sinistros de Resseguro Cedido do exercício de 2023:

CUSTOS COM SINISTROS RESSEGURO CEDIDO	Montantes pagos		Variação da Provisão	Custos com
Ramo / Grupos de ramos	Prestações	Custos de gestão imputados	Sinistros	sinistros
	1	2	3	(1) + (2) + (3)
Vida	11 694	0	11 265	22 959
Total I	**11 694**	**0**	**11 265**	**22 959**
Não Vida				
Acidentes e doença	2 425	0	-4 351	-1 927
Incêndio e outros danos	51 630	0	-4 348	47 282
Automóvel	14 765	0	12 198	26 963
Maritimo, aéreo e transportes	2 948	0	35 022	37 970
Responsabilidade civil geral	3 616	0	9 352	12 968
Crédito e caução	0	0	0	0
Total II	**75 384**	**0**	**47 873**	**123 257**
Total I + II	**87 078**	**0**	**59 137**	**146 216**

Custos com sinistros líquidos de resseguro cedido do exercício de 2024:

CUSTOS COM SINISTROS LIQUIDOS DE RESSEGURO	Montantes pagos		Variação da	Custos
Ramo / Grupos de ramos	Prestações	Custos de gestão imputados	Provisão Sinistros	com sinistros
	1	2	3	(1) + (2) + (3)
Vida	75 528	1 283	305	77 116
Total I	**75 528**	**1 283**	**305**	**77 116**
Não Vida				
Acidentes e doença	14 420	2 478	-5 108	11 790
Incêndio e outros danos	4 232	-360	5 051	8 923
Automóvel	210 512	12 850	40 758	264 120
Maritimo, aéreo e transportes	185	592	16 874	17 651
Responsabilidade civil geral	677	267	-2 061	-1 116
Crédito e caução	0	0	0	0
Total II	**230 026**	**15 828**	**55 514**	**301 369**
Total I + II	**305 555**	**17 111**	**55 819**	**378 485**

Custos com sinistros líquidos de resseguro cedido do exercício de 2023:

CUSTOS COM SINISTROS LIQUIDOS DE RESSEGURO	Montantes pagos		Variação da	Custos
Ramo / Grupos de ramos	Prestações	Custos de gestão imputados	Provisão Sinistros	com sinistros
	1	2	3	(1) + (2) + (3)
Vida	35 739	1 194	1 209	38 141
Total I	**35 739**	**1 194**	**1 209**	**38 141**
Não Vida				
Acidentes e doença	15 051	-155	-17 520	-2 625
Incêndio e outros danos	9 001	1 960	-779	10 182
Automóvel	210 506	10 960	72 939	294 405
Maritimo, aéreo e transportes	2 543	1 333	-2 768	1 107
Responsabilidade civil geral	767	627	4 022	5 416
Crédito e caução	0	0	0	0
Total II	**237 868**	**14 724**	**55 893**	**308 485**
Total I + II	**273 607**	**15 918**	**57 101**	**346 626**

7 – Outras provisões técnicas, líquidos de resseguro

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 o apuramento da rubrica outras provisões técnicas, líquida de resseguro foi nulo.

8 – Provisão matemática do ramo vida, líquidos de resseguro

A rúbrica provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro representa a variação das responsabilidades da Companhia com contratos de seguro do Ramo Vida. Ver Nota 24.2.

9 – Participação nos resultados, líquido de resseguro

A rubrica participação nos resultados, líquida de resseguro representa a variação das responsabilidades da Companhia com contratos de seguro do Ramo Vida com participação nos resultados. Ver Nota 24.4.

10 – Custos e gastos de exploração líquidos e comissões e participações nos resultados

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como se segue:

Custos e gastos de exploração liquídos	2 024	2 023
Custos de aquisição	16 637	15 327
Custos de aquisição imputados (Nota 11)	102 393	96 444
Custos de aquisição diferidos	-1 252	-2 464
Custos Administrativos	6 462	5 318
Custos Administrativos imputados (Nota 11)	108 054	100 754
Comissões e participações nos resultados de resseguro	-86 357	-88 454
Total	**145 936**	**126 925**

CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO	2 024			2 023		
Ramo / Grupo Ramos	Directo	Resseguro	Liquido	Directo	Resseguro	Liquido
Vida	18 213	21 248	-3 034	16 755	25 352	-8 597
Total I	**18 213**	**21 248**	**-3 034**	**16 755**	**25 352**	**-8 597**
Acidentes e doença	53 466	9 981	43 485	45 234	10 915	34 320
Incêndio e outros danos	41 767	31 203	10 565	39 485	28 894	10 591
Automóvel	78 017	0	78 017	73 842	0	73 842
Maritimo, aéreo e transportes	29 014	16 537	12 477	27 091	15 270	11 822
Responsabilidade civil geral	10 022	5 851	4 171	10 950	6 063	4 887
Crédito e caução	1 793	1 538	256	2 021	1 961	60
Total II	**214 080**	**65 109**	**148 970**	**198 624**	**63 102**	**135 522**
Total I + II	**232 293**	**86 357**	**145 936**	**215 379**	**88 454**	**126 925**

11 – Custos por natureza imputados

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados directamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas funções principais da Companhia, encontrando-se os mesmos reflectidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

• Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos;

• Função Aquisição: Custos e gastos de exploração – Custos de aquisição;

• Função Administrativa: Custos e gastos de exploração – Custos administrativos;

• Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros.

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;

- % de colaboradores afectos a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, é a seguinte:

2 024	Custos com Sinistros		Custos Aquisição		Custos Administrativos		Custos Investimentos		Total	
	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%
Custos com o pessoal	11 058	65%	58 055	57%	69 114	64%	0	0%	138 227	58%
Fornecimentos e serviços externos	5 362	31%	28 148	27%	33 510	31%	0	0%	67 020	28%
Impostos	0	0%	12 559	12%	1 108	1%	0	0%	13 667	6%
Amortizações	692	4%	3 631	4%	4 322	4%	8 908	100%	17 553	7%
Total	**17 111**	**100%**	**102 393**	**100%**	**108 054**	**100%**	**8 908**	**100%**	**236 466**	**100%**

2 023	Custos com Sinistros		Custos Aquisição		Custos Administrativos		Custos Investimentos		Total	
	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%
Custos com o pessoal	10 945	69%	57 460	60%	68 404	68%	0	0%	136 808	62%
Fornecimentos e serviços externos	4 599	29%	24 146	25%	28 745	29%	0	0%	57 491	26%
Impostos	0	0%	12 875	13%	1 267	1%	0	0%	14 142	6%
Amortizações	374	2%	1 963	2%	2 337	2%	9 043	100%	13 718	6%
Total	**15 918**	**100%**	**96 444**	**100%**	**100 754**	**100%**	**9 043**	**100%**	**222 159**	**100%**

11.1 – Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Fornecimentos e Serviços Externos	2 024	2 023
Electricidade	6 236	5 853
Combustíveis	2 035	2 009
Água	499	401
Impressos	1 257	1 183
Material de Escritório	2 281	2 328
Livros e documentação técnica	0	9
Artigos para oferta	0	52
Rendas e Alugueres	120	120
Despesas de Representação	32	42
Comunicação	3 731	3 831
Seguros	2 169	1 618
Deslocações e Estadas	3 680	1 374
Honorários	381	360
Conservação e Reparação	7 009	4 108
Publicidade e Propaganda	7 972	5 758
Vigilancia e Segurança	7 996	6 404
Trabalhos Especializados	13 280	14 197
Outros Fornecimentos e Serviços Externos	8 353	7 843
Total	**67 031**	**57 491**

A variação ocorrida nesta rubrica está ligada maioritariamente as rubricas Deslocações, Conservação e Reparação, Publicidade e Propaganda, onde inclui campanhas publicitárias, contratos com as Mídias no âmbito da política comercial definida pela Companhia.

A variação em Vigilância é justificada pela renovação dos contratos, com preços atualizados em cumprimento do PIR – preço indicativo de referência pelas entidades adjudicantes junto aos sectores de serviço de segurança privada e vigilância.

Os serviços especializados no montante de 13.280 milhares de escudos respeitam, maioritariamente, a serviços prestados pelo auditor externo, respetivos honorários e despesas de deslocação, estadia e alimentação (6.757 milhares de escudos), à assistência técnica de serviços informáticos (6.219 milhares de escudos).

11.2 - Gastos com Pessoal

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Custos com o Pessoal	2 024	2 023
Remunerações - orgãos sociais	30 493	27 221
Remunerações - pessoal	85 502	85 661
Encargos sobre remunerações - orgãos sociais	1 591	1 362
Encargos sobre remunerações - pessoal	13 379	13 160
Seguros	4 639	7 730
Custos de acção social	1 039	1 205
Formação	1 300	432
Outros	285	37
Total	**138 227**	**136 808**

Os "Encargos sobre remunerações" são compostas por encargos com a Previdência Social, correspondente a 16% dos ordenados e salários, horas extraordinárias, subsídios, e outras remunerações de carácter permanente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os colaboradores tiveram a seguinte alocação:

Alocação dos Trabalhadores	2024	2023
Direcção	5	5
Quadros técnicos	23	23
Quadros administrativos	38	39
Outros	5	6
	71	**73**

11.2.1 - Obrigações com Benefícios dos Empregados

A Companhia não assumiu quaisquer responsabilidades quanto ao pagamento de pensões de reforma ou outros benefícios pós-emprego com os seus colaboradores.

12 – Rendimentos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

RENDIMENTOS	2 024	2 023
De investimentos afectos às provisões técnicas do ramo vida		
Acções	15 417	29 657
Obrigações	25 231	5 773
Outros depósitos	-	6 016
Edifícios de Rendimento	330	-
	40 978	**41 447**
De investimentos afectos às provisões técnicas do ramo não vida		
Seguro de Acidentes de Trabalho		
Obrigações	17 025	10 112
Outros depósitos	-	-
	17 025	**10 112**
Seguro Automóvel		
Edifícios de Rendimento	2 400	2 400
Acções	87 068	1 569
Obrigações	-	-
	89 468	**3 969**
Outros Seguros		
Edifícios de Rendimento	3 208	3 636
Obrigações	-	288
Outros depósitos	6 241	1 795
	9 449	**5 718**
De investimentos não afectos		
Obrigações	210	-
Edifícios	2 646	0
	2 856	**-**
Total	**159 776**	**61 245**

Na rubrica "Obrigações" no decurso do ano 2024, a companhia auferiu juros no valor de mCVE 42.466 representativos de 58% do total dos rendimentos obtidos na carteira de investimentos, contra mCVE 16.172, 26% no ano transato.

Por outro lado, nas aplicações em Depósitos a Prazo os juros auferidos em 2024 no valor de mCVE 6.241 representativos de 9% do total dos rendimentos obtidos na carteira de investimentos, contra mCVE 7.812, 13% no ano transato

A rubrica acções corresponde ao reconhecimento dos dividendos recebidos de emitentes nacionais, dos dividendos auferidos do BCN, bem como dos ganhos obtidos em 2024 na alienação das acções detidas na Global Wines e em 2023 na DAGARD.

Durante o exercício 2024 a Companhia registou rendimentos nos Edifícios no valor global de mCVE 8.584 representativos de 12% do total dos rendimentos obtidos nos investimentos, contra mCVE 6.036 10% no ano transato.

13 – Gastos financeiros

A rubrica Gastos financeiros, nos exercícios de 2024 e 2023 inclui apenas gastos diversos imputados à função investimentos.

14 – Outras provisões (variação)

Nos exercícios de 2024 e 2023 os montantes registados na rúbrica outras provisões (variação) são resultantes da variação do ajustamento para recibos por cobrar, conforme nota 25.

15 – Outros Rendimentos e Gastos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2 024	2 023
Mecenato	8 148	7 065
Gastos e perdas financeiras	1 016	1 027
Excesso/estimativa impostos	-	(310)
Outros	(308)	829
Mais/menos valias alienação imobilizado	(1 793)	(506)
Total	**7 064**	**8 105**

A rubrica "Mecenato" inclui os donativos de caracter filantrópico e que contribuem para o desenvolvimento de iniciativas nas áreas social, cultural, ambiental, desportiva e educacional, tendo como contrapartida incentivos de natureza fiscal, que se traduzem na redução de impostos de quem contribui.

As Mais/menos valias correspondem a ganhos obtidos na alienação bens do imobilizado.

16 – Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

O saldo desta rúbrica apresenta-se como segue:

	2 024	2 023
Caixa	534	2 195
Depósitos em instituições de crédito	146 984	119 302
Total	**147 518**	**121 497**

17 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

O detalhe dos investimentos em subsidiárias em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 é apresentado como segue:

Unid: CVE

Descrição	Valorização	Quantidade ações	Participação	Valor em 31-12-2024
IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l.	Equivalência patrimonial	4 000	50,00%	39 613 843
GRUPO IMPAR	Custo	5 000	100,00%	5 000 000
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	Equivalência patrimonial	780 800	86,76%	4 255 154 214
SEPI - Sociedade de Estudos e Promoção de Investimentos, S.A.	Custo	100 000	100,00%	2 500 000
Total - Investimentos em Subsidiárias				**4 302 268 057**

Descrição	Valorização	Quantidade ações	Participação	Valor em 31-12-2023
IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l.	Equivalência patrimonial	4 000	50,00%	34 160 118
GRUPO IMPAR	Custo	5 000	100,00%	5 000 000
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	Equivalência patrimonial	780 800	86,76%	3 713 982 644
SEPI - Sociedade de Estudos e Promoção de Investimentos, S.A.	Custo	100 000	100,00%	2 500 000
Total - Investimentos em Subsidiárias				**3 755 642 762**

A SEPI após a venda das acções que detinha no BCN, o seu Capital Social ficou reduzido ao montante de mCVE 2.500.

A participação directa da IMPAR no BCN ficou concluída em 2019 tendo sido actualizada a participação conforme o valor dos Capitais Próprios do BCN a 31 de Dezembro de 2024. O BCN fez a distribuição de dividendos no valor global de mCVE 100.000, pelo que coube a IMPAR o montante de mCVE 86.760.

A movimentação da valorização dos investimentos em subsidiárias nos exercícios de 2024 e 2023 é apresentada como segue:

Unid CVE

Descrição	31/12/2023	Dividendos	Método equivalência patrimonial - impacto em resultados	Método equivalência patrimonial - impacto em resultados transitados	31/12/2024
IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l.	34 160 118		5 402 874	50 851	39 613 843
GRUPO IMPAR	5 000 000				5 000 000
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	3 713 982 644	-86 760 000	616 968 154	10 963 416	4 255 154 214
SEPI - Soc.Estudos e Promoção de Invest., S.A.	2 500 000				2 500 000
Total - Investimentos em Subsidiárias	**3 755 642 762**	**-86 760 000**	**622 371 028**	**11 014 267**	**4 302 268 057**

Descrição	31/12/2022	Dividendos	Método equivalência patrimonial - impacto em resultados	Método equivalência patrimonial - impacto em resultados transitados	31/12/2023
IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l.	27 604 433		6 555 685		34 160 118
GRUPO IMPAR	5 000 000				5 000 000
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	3 219 186 372		488 464 888	6 331 384	3 713 982 644
SEPI - Soc.Estudos e Promoção de Invest., S.A.	2 500 000				2 500 000
Total - Investimentos em Subsidiárias	**3 254 290 805**	**0**	**495 020 573**	**6 331 384**	**3 755 642 762**

A rúbrica Ganhos e perdas em associadas e empreendimentos conjuntos é contabilizado pelo método da equivalência patrimonial no exercício de 2024, pelo aumento na parte proporcional do resultado positivo do BCN e da IMOPAR.

A SEPI - Sociedade de Estudos e Promoção de Investimentos, S.A. após a alienação das acções do BCN não desenvolveu nenhuma actividade.

A IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l. cujo maior acionista é a IMPAR foi constituída em 2009, tendo iniciado atividade em 2019, dedica-se ao ramo imobiliário, nomeadamente avaliação de Imóveis e Fiscalização de Obras, e participação noutras empresas.

O GRUPO ÍMPAR é uma empresa ainda sem atividade.

Na tabela abaixo apresentamos informação financeira do BCN, como segue:

Unid mCVE

	31-12-2024		31-12-2023	
	Capital próprio	Resultado líquido	Capital próprio	Resultado líquido
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	4 904 760	711 157	4 282 339	564 403

Trata-se de dados provisórios, de acordo com a informação disponível à data.

18 – Activos Disponíveis Para Venda

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Unid: CVE

Descrição	Valorização	QTD	P.U Aquis.	Valor em 31Dez2024	Valor em 31Dez2023
ENACOL, S.a.r.l.	Justo Valor - cotação bolsista	1 500	10 000	15 000 000	14 850 000
CVTELECOM, S.a.r.l.	Custo	1 500	4 800	7 200 000	7 200 000
SITA - Sociedade -industrial de Tintas, SA	Custo	23 822	2 162	51 513 643	51 513 643
GMT - Cabo Verde, SA	Custo	7 500	2 750	-	-
Global Wines SGPS	Custo			-	220 801 543
Total Ativos disponíveis para venda				**73 713 643**	**294 365 186**

19 – Empréstimos e contas a receber

Em 31 de dezembro de 2024 esta rubrica apresenta um investimento de 250.000 mCVE em Depósitos a Prazo, a taxa de juros de 3% anual.

20 – Investimentos a deter até à maturidade

As Obrigações detalham-se como se segue:

Unid: CVE

Descrição	Saldo 31Dez24	Qtd	Tx Juro	Maturidade
Obrigações TACV	26 923 155	26 923	5,5%	out-31
Obrigações Maseyka	503 943 488	503 943	6,0%	jun-39
Obrigações Tesouro	500 000 000	500 000	2,875%	out-30
Obrigações Tesouro	70 000 000	70 000	3,0%	dez-25
Obrigações Tesouro	300 000 000	300 000	2,953%	abr-25
Total	**1 100 866 643**			

Descrição	Saldo 31Dez23	Qtd	Tx Juro	Maturidade
Obrigações TACV	30 769 307	30 769	5,5%	out-31
Obrigações Tesouro	500 000 000	500 000	2,875%	out-30
Obrigações Tesouro	70 000 000	70 000	3,0%	dez-24
Total	**600 769 307**			

21 – Terrenos e Edifícios

Nos exercícios de 2024 e 2023, as rúbricas Terrenos e Edifícios da Companhia apresentam o seguinte detalhe:

	2024								
	Saldos em 31.12.2023						Saldos em 31.12.2024		
Descrição	Valor bruto	Amortizações acumuldadas	Alterações justo valor	Desrreconhecimento Amortizações	Amortizações do exercício	Transferências	Valor bruto	Amortizações acumuldadas	Valor Líquido
Terrenos e Edifícios:									
De Uso Próprio	227 216	108 036	-	17 428	8 626	17 500	244 716	99 234	145 482
De Rendimento	415 814	-	112 786		-	- 17 500	511 100	-	511 100
Total	643 030	108 036	112 786	17 428	8 626	-	755 816	99 234	656 582

Unid mCVE

Descrição	2023								
	Saldos em 31.12.2022						Saldos em 31.12.2023		
	Valor bruto	Amortizações acumuldadas	Alterações justo valor	Desrreconhecimento Amortizações	Amortizações do exercício	Transferências	Valor bruto	Amortizações acumuldadas	Valor Líquido
Terrenos e Edifícios:									
De Uso Próprio	268 222	99 126	-	-	8 910	- 41 006	227 216	108 036	119 180
De Rendimento	368 643	-	6 165	-	-	41 006	415 814	-	415 814
Total	636 865	99 126	6 165	-	8 910	-	643 030	108 036	534 994

Terrenos e Edifícios de Uso Próprio

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 os terrenos e edifícios de serviço próprio, detidos pela Companhia, apresentam o seguinte detalhe:

	2024			2023		
Localização	**Valor Bruto**	**Amortizações Acumuladas**	**Valor Líquido**	**Valor Bruto**	**Amortizações Acumuladas**	**Valor Líquido**
Escritório da Assomada - Stª Catarina	10 621	5 948	4 673	10 621	5 523	5 098
Fracção C do Armazém em Achada Grande Frente (Ex-OMT) - Praia	17 500	700	16 800			
Edificio em Stª Maria - Sal	-	-	-	-	4 042	- 4 042
Apartamento na Achada Stº António - Edificio Europa	7 750	4 340	3 410	7 750	4 030	3 720
Escritório na Achada Stº António - Praia	23 773	10 018	13 755	23 773	9 067	14 706
Edifício do Escritório Sede Administrativa - Praia	106 175	49 109	57 066	106 175	44 863	61 312
Escritório nos Espargos - Sal	-	-	-	-	13 384	- 13 384
Edifício Sede Social - Mindelo	49 831	29 119	20 712	49 831	27 126	22 705
Terreno Sede Administrativa - Praia	9 047	-	9 047	9 047	-	9 047
Terreno Sede Social - Mindelo	18 830	-	18 830	18 830	-	18 830
Terreno do Porto Novo - Stº Antão	1 189	-	1 189	1 189	-	1 189
Total	**244 716**	**99 234**	**145 482**	**227 216**	**108 035**	**119 181**

Os terrenos e edifícios de uso próprio encontram-se valorizados ao custo de aquisição, sendo amortizados ao longo da respetiva vida útil.

Terrenos e Edifícios de Rendimento

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, os terrenos e edifícios de rendimento detidos pela Companhia apresentam o seguinte detalhe:

	Ano da última avaliação	**Custo de aquisição**	**Valor de Balanço**	
			2024	**2023**
Localização			**Justo Valor**	**Justo Valor**
Fracção A do Armazém em Achada Grande Frente (Ex-OMT) - Praia	2024	40 000	37 500	37 500
Edifício em Alto Morabeza (Ex-Confecções Porto Grande) - Mindelo	2024	82 614	220 000	144 000
Edifício da Farmácia Africana - Praia	2024	23 000	26 300	26 600
Armazém em Achada Grande Frente (Ex-COMAT) - Praia	2024	25 977	28 000	28 000
Apartamento em Terra Branca - Praia	2024	3 634	3 900	3 800
Apartamento em Monte Sossego - Mindelo	2024	6 693	8 000	8 000
Escritório nos Espargos - Sal	2024	24 585	43 700	24 585
Edificio em Stª Maria - Sal	2024	8 421	13 500	10 600
Edificio Lazareto	2024	42 711	49 000	42 711
Terreno do Edificio Espargos - Sal	2024	8 000	9 100	8 000
Terreno nos Espargos - Sal	2024	587	6 000	588
Terreno na Boavista	2024	770	3 000	770
Terreno em Palha Sé - Praia	2024	58 176	63 100	63 160
Total		**325 168**	**511 100**	**398 314**

O Armazém da Achada Grande Frente foi dividido entre duas frações, uma fração alocada a uso próprio e outra a rendimento, resultando assim no desreconhecimento de amortização acumuladas.

Os imóveis de rendimento encontram-se valorizados ao justo valor, determinado com recurso a avaliações, realizadas por técnicos independentes e externos, especializados nesta matéria.

22 – Outros Activos Tangíveis, Inventários e Outros Elementos do Activo

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 esta rubrica apresenta como segue:

	2024	2023
Imobilizado tangível		
Valor bruto	180 956	159 683
Depreciação acumulada	-150 081	-148 937
Ativos tangíveis em curso	2 066	2 066
	32 940	**12 811**
Inventários	323	391

Os movimentos ocorridos nos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações, no exercício de 2024 foram os seguintes:

Activos Fixos Tangíveis	2023	Adições	Alienações/ Abates/ Anulações	2024
Equipamento Administrativo	46 179	1 327	-	47 506
Máquinas e Ferramentas	9 345	-	-	9 345
Equipamento Informático	44 533	3 873	-	48 405
Instalações Interiores	4 018	-	-	4 018
Material de Transporte	50 881	23 393	7 500	66 774
Outro Equipamento	4 186	181	-	4 366
Património Artistico	541	-	-	541
		-	-	
Sub-total 1	**159 683**	**28 773**	**7 500**	**180 956**

Amortizações Acumuladas	2023	Depreciações/ Amortizações	Alienações/ Abates/ Anulações	2024
Equipamento Administrativo	42 701	1 002	-	43 702
Máquinas e Ferramentas	8 036	262	-	8 298
Equipamento Informático	42 253	2 482	-	44 735
Instalaçoes Interiores	4 018	-	-	4 018
Material de Transporte	47 578	4 743	7 500	44 821
Património Artístico	541	-	-	541
Outro Equipamento	3 809	157	-	3 966
Sub-total 2	**148 937**	**8 644**	**7 500**	**150 081**
Total	**10 746**	**20 129**	**-**	**30 875**

Activos Tangíveis em Curso	2023	Adições	Alienações/ Abates	2024
Imobilizações Corpóreas		-		-
Total	**-**	**-**	**-**	**-**

Obras em Curso	2023	Adições	Alienações/ Abates	2024
Edificio Lazareto	**2 066**	-	**-**	2 066
Total	**2 066**	**-**	**-**	**2 066**

Outros Elementos do Activo	2023	Adições	Alienações/ Abates	2024
Investimentos Financeiros em Curso:				
Projecto Emprofac	2 140	-		2 140
Total	**2 140**	**-**	**-**	**2 140**

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as adições registadas na rubrica "ativos fixos tangíveis" dizem respeito essencialmente (i) nos equipamentos administrativos, a aquisição de mobiliários diversos, nomeadamente, cadeiras ergonómica giratórias, blocos de cadeiras de espera, fotocopiadora e ar condicionado (ii) na rubrica equipamentos informático aquisição de computadores de mesa, portáteis, impressoras e *Fortinetes FortiGate* recursos de protecção de rede (iii) nos meios de transporte, aquisição de cinco viaturas (iiii)em outros equipamentos a aquisição de electro-bomba, termoacumulador, requalificação de letreiro luminoso.

O aumento nas amortizações tem relação com a atualização do parque Informático e da renovação parcial da frota de viaturas de serviço

Relativamente as Obras em Curso respeitam ao projecto de arquitetura para remodelação do edifício sito em Lazareto, Mindelo.

Os Inventários dizem respeito fundamentalmente aos salvados.

23 – Outros Activos Intangíveis

	2024	2023
Imobilizado intangível		
Valor bruto	19 536	19 091
Depreciação acumulada	-19 192	-18 909
	345	**182**

Encontram-se registados nesta rúbrica as despesas de desenvolvimento e aquisição de aplicações informáticas relacionadas com o software utilizado na Companhia.

Em 31 dezembro de 2024 esta rubrica tem um valor bruto de 19.536 e que se encontra praticamente totalmente amortizada.

24 – Provisões Técnicas, Líquidas de Resseguro Cedido

As provisões técnicas de seguro direto, líquidas de resseguro cedido têm a seguinte composição em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Ramo / Grupo Ramos	2 024			2 023		
	Directo	Resseguro	Liquido	Directo	Resseguro	Liquido
Provisão prémios não adquiridos	442 094	225 443	216 651	443 009	204 564	238 445
Provisão para sinistros	1 371 619	348 219	1 023 401	1 337 337	369 545	967 792
Provisão matemática Vida	683 918	0	683 918	583 910	0	583 910
Provisão Participação Resultados	6 026	0	6 026	4 406	0	4 406
Total	**2 503 658**	**573 661**	**1 929 996**	**2 368 663**	**574 110**	**1 794 554**

24.1 – Provisão para Prémios não Adquiridos, Líquida de Resseguro Cedido

A tabela abaixo reflete a composição desta rubrica a 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2 024						
	Seguro Directo			Resseguro Cedido			Liquida
Ramos / Grupo ramos	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	
Vida	26 582	2 268	24 315	19 369	3 486	15 882	8 433
Acidentes e doença	33 754	2 845	30 909	8 028	1 249	6 779	24 130
Incêndio e outros danos	155 961	16 080	139 881	119 438	21 497	97 941	41 940
Automóvel	139 297	11 399	127 898	0	0	0	127 898
Maritimo, aéreo e transportes	92 210	6 955	85 255	87 133	3 657	83 476	1 780
Responsabilidade civil geral	29 428	2 843	26 584	20 689	3 724	16 965	9 619
Crédito e caução	7 832	580	7 252	5 365	966	4 400	2 852
Total	**485 064**	**42 970**	**442 094**	**260 022**	**34 579**	**225 443**	**216 651**

	2 023						
	Seguro Directo			Resseguro Cedido			Liquida
Ramos / Grupo ramos	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	
Vida	47 315	2 315	44 999	15 711	2 828	12 883	32 116
Acidentes e doença	32 324	2 790	29 534	12 877	1 375	11 502	18 032
Incêndio e outros danos	140 450	14 370	126 080	108 009	19 440	88 569	37 510
Automóvel	143 027	12 102	130 925	0	0	0	130 925
Maritimo, aéreo e transportes	78 340	6 120	72 220	68 323	3 642	64 682	7 538
Responsabilidade civil geral	33 654	3 285	30 369	26 470	4 765	21 706	8 663
Crédito e caução	9 618	735	8 883	6 369	1 146	5 222	3 660
Total	**484 727**	**41 717**	**443 009**	**237 760**	**33 196**	**204 564**	**238 445**

CAD = custos de aquisição diferidos

24.2 – Provisão para Seguros e Operações do Ramo Vida

A composição desta rubrica é a seguinte:

	Saldo Balanço		Variação Ganhos e Perdas	
Provisões ramo Vida	**2 024**	**2 023**	**2 024**	**2 023**
Provisão matematica	683 918	583 910	100 008	264 107

24.3 – Provisão para Sinistros, Líquida de Resseguro

A rubrica apresenta a seguinte desagregação no que respeita ao seguro directo:

Ramo / Grupo Ramos	Saldo Balanço		Variação ganhos e perdas	
	2 024	2 023	2 024	2 023
Vida	27 986	26 360	1 626	12 473
Total I	**27 986**	**26 360**	**1 626**	**12 473**
Acidentes e Doença	132 927	118 157	13 372	-22 194
Incêndio e outros danos	37 047	55 360	-15 330	-5 262
Automóvel	840 459	811 183	27 624	85 304
Maritimo, aéreo e transportes	270 723	264 751	6 079	32 461
Responsabilidade civil geral	56 210	55 232	1 122	13 456
Crédito e caução	6 267	6 294	0	0
Total II	**1 343 633**	**1 310 978**	**32 866**	**103 765**
Total I + II	**1 371 619**	**1 337 337**	**34 492**	**116 239**

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço e inclui uma provisão estimada, no montante de mCVE 14.926 (2022: mCVE 26.109) relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR), assim como uma provisão para gestão de sinistros no montante de mCVE 8.248.

Desagregação da provisão para sinistros de resseguro cedido:

Ramo / Grupo Ramos	Saldo Balanço		Variação ganhos e perdas	
	2 024	2 023	2 024	2 023
Vida	17 418	16 097	1 321	11 265
Total I	**17 418**	**16 097**	**1 321**	**11 265**
Acidentes e Doença	70 062	50 586	19 476	-4 351
Incêndio e outros danos	26 976	49 930	-22 954	-4 348
Automóvel	122 304	134 821	-12 517	12 198
Maritimo, aéreo e transportes	62 867	72 803	-9 937	35 022
Responsabilidade civil geral	48 593	45 309	3 284	9 352
Crédito e caução	0	0	0	0
Total II	**330 801**	**353 449**	**-22 648**	**47 873**
Total I + II	**348 219**	**369 545**	**-21 327**	**59 137**

Desagregação da provisão para sinistros líquidos de resseguro:

Ramo / Grupo Ramos	Saldo Balanço		Variação ganhos e perdas	
	2 024	2 023	2 024	2 023
Vida	10 568	10 263	305	1 209
Total I	**10 568**	**10 263**	**305**	**1 209**
Acidentes e Doença	62 865	67 571	-6 104	-17 842
Incêndio e outros danos	10 071	5 429	7 624	-914
Automóvel	718 156	676 363	40 141	73 105
Maritimo, aéreo e transportes	207 856	191 948	16 016	-2 561
Responsabilidade civil geral	7 618	9 923	-2 162	4 104
Crédito e caução	6 267	6 294	0	0
Total II	**1 012 833**	**957 529**	**55 514**	**55 893**
Total I + II	**1 023 401**	**967 792**	**55 819**	**57 101**

24.4 – Provisão para Participação nos Resultados

A composição desta rubrica é a seguinte:

	Saldo Balanço		Variação Ganhos e Perdas	
Provisões ramo Vida	**2 024**	**2 023**	**2 024**	**2 023**
Participação nos resultados	6 026	4 406	1 620	1 705

24.5 – Provisão para Riscos em Curso

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 o apuramento desta provisão foi nulo.

25 – Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2 024	2 023
Activo Bruto		
Recibos por cobrar	483 312	392 415
Operações Pendentes de liquidação	-	-
Resseguro	12 954	8 592
Tomadores de seguros	6 931	7 483
Reembolsos de sinistros	245	456
Outros	20 316	293 031
	523 759	**701 977**
Ajustamentos		
Recibos por cobrar	(187 034)	(152 088)
Créditos de cobrança duvidosa	(5 342)	(5 342)
	(192 375)	**(157 430)**
Activo Líquido	**331 383**	**544 547**

A variação no valor de mCVE 34.946 na rubrica do ajustamento para recibos por cobrar, fruto do aumento dos recibos em cobrança em cerca de 90.896 contos. Esta provisão é calculada de acordo com o Aviso nº2/2005 do BCV e a imparidade constituída deve ser suficiente para cobrir os recibos à cobrança no final de cada exercício, deduzidos dos recibos entretanto cobrados.

De referir que a variação de 272.715 contos na rubrica "Outros" diz respeito essencialmente a alienação das ações da DAGARD, sendo que o valor 293.031 contos foi recebido em fevereiro de 2024. Estas ações foram adquiridas e alienadas no decurso do ano 2023.

26 – Activos e Passivos por Impostos

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica, apresenta a seguinte composição:

	2 024	2 023
Retenção de imposto na fonte	1 779	1 927
Imposto Sobre Rendimento	**36 404**	**30 723**
Débito	(1 497)	(1 745)
Crédito	37 901	32 468
Imposto de selo	19 845	16 133
Taxas para a Autoridade de Controlo	3 647	3 716
SORC	3 644	2 021
Contribuições para a segurança social	2 821	2 777
Outros	(86)	11
Impostos Correntes	**68 053**	**57 308**
Impostos Diferidos	**(48 399)**	**(23 186)**

A rubrica do imposto sobre o rendimento corresponde ao valor a pagar, após o apuramento do imposto final.

O montante de mCVE 1.779 na rubrica Retenção de Impostos na Fonte inclui essencialmente as retenções do IRPS relativo as remunerações do mês de dezembro do pessoal e dos prestadores de serviço.

O valor de mCVE 2.821 em dívida à Previdência Social corresponde aos encargos sobre as remunerações do mês de dezembro da responsabilidade da Empresa e dos trabalhadores, pago em janeiro do ano subsequente.

A rubrica Imposto de Selo inclui o montante de mCVE 19.845 referente ao selo de apólice que incide sobre os prémios de seguro emitidos por cobrar ou já cobrados cujo imposto é pago no mês seguinte.

As Taxas para Autoridade de Controlo e Seguro Obrigatório Responsabilidade Civil Automóvel nos montantes de mCVE 3.647 e 3.644 dizem respeito respectivamente (i) a taxa 0.75% aplicada sobre os prémios dos ramos vida e não vida, líquidos de estornos e anulações, durante o último trimestre de 2024 (ii) receita para o FGA – Fundo de Garantia Automóvel e para SNPC – Serviço Nacional Proteção Civil, o montante entregue por cada segurado, resultante da aplicação da taxa de 2% e 1%, respectivamente, sobre os prémios simples do SORCA processados. Este montante é entregue ao FGA e ao SNPC no ano seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2024 a estimativa de impostos sobre os rendimentos é de mCVE 94.572, sendo que as entregas por conta no total de mCVE 54.926, calculadas com base nas coletas de 2022 e 2023 e das retenções efetuadas por terceiros no total de mCVE 1.497, foram inferiores a esta estimativa. Assim, a Companhia tem por pagar ao Tesouro Nacional o montante estimado de mCVE 36.404.

A Seguradora está sujeita a impostos sobre os lucros nos termos do regime fiscal estabelecido pelo Código de IRPC (Lei 82/VIII/2015 de 7 de janeiro). À data de 31 de

dezembro de 2024 e 2023 a taxa de imposto aplicável é de 21%, acrescido de uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 21,44%.

Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Em 2024 e 2023 os montantes registados de impostos diferidos respeitam apenas a valores relativos a imóveis de rendimento, tendo a variação registado no ano de 2024 sido justificada pela atualização do justo valor dos imóveis.

O Imposto sobre o rendimento de Pessoas Coletivas pode ser analisada como segue:

	2024	2023
Resultado antes de imposto custo/ (proveito)	1 163 153	832 512
Encargo de imposto nominal		
- a 21%/22%	244 262	183 153
- Derrama (0,2% s/colecta)	1 851	1 507
	246 113	184 660
Encargo de imposto efectivo - Impar Seguros		
Custo/(proveito) por Imposto Corrente	94 572	76 908
Custo/(proveito) por Imposto Diferido	(25 213)	(1 383)
	69 358	75 525
Taxa efectiva	5,96%	9,07%
Diferença por reconciliar	(176 755)	(109 135)
Reconciliação da diferença:		
Gastos não aceites (multas, depreciações)	241	-
Correcções a exercícios anteriores	-	344
Dividendos	(1 044)	(1 248)
Beneficios fiscais	(650)	(514)
Equivalência Patrimonial	(130 698)	(108 905)
Justo valor	(23 716)	(2 247)
Outros	4 177	4 787
Tributação autónoma	149	31
Imposto diferido	(25 213)	(1 383)
	(176 755)	(109 135)

Determinação do excesso/insuficiência de imposto:

	2024
Estimativa de imposto 2023	76 908
Deduções (retenções efectuadas por terceiros)	1 745
Total de pagamentos por conta efectuados em 2023	44 440
Valor a recuperar / (pagar)	(30 723)
Valor a recuperar (efectivo) / (pagar)	(30 723)
Excesso/ (Insuficiência) de Imposto	0

	2023
Estimativa de imposto 2022	59 029
Deduções (retenções efectuadas por terceiros)	1 625
Total de pagamentos por conta efectuados em 2022	36 617
Valor a recuperar / (pagar)	(20 787)
Valor a recuperar (efectivo) / (pagar)	(20 787)
Excesso/ (Insuficiência) de Imposto	0

Nos termos da legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos, podendo originar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correções ao lucro tributável. Não é previsível que qualquer correção tenha efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

27 – Acréscimos e diferimentos

O saldo desta rubrica no Activo inclui, essencialmente a especialização dos rendimentos (juros) relativos as obrigações.

O valor registado no Passivo corresponde essencialmente a estimativa do subsídio de férias e prémio produtividade a liquidar em 2025.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2 024	2 023
Acréscimos de proveitos		
Juros a receber	39 863	20 132
	39 863	**20 132**
Acréscimos de custos		
Remunerações a liquidar	12 682	12 968
Outros Acréscimos de Custos	12 471	4 882
	25 153	**17 850**

28 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

O detalhe desta rubrica em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é analisado como se segue:

	2 024	2 023
Contas a pagar por operações de seguro directo	19 876	13 892
Resseguradores	160 752	124 208
Contas a pagar por outras operações	48 693	52 755
	229 321	**190 855**

29 – Outras provisões

	2 024	2 023
Outras Provisões	16 700	16 700

Do montante de outras provisões reconhecido em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, 16.700 contos são decorrentes de um litígio com a Administração Fiscal, correspondendo o valor provisionado à totalidade do valor reclamado.

30 – Capital

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia é detido em 20% pela Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes, Lda, 20% pela ING – Investimentos e Gestão, Lda, 20% pela Labesfal Farma Cabo Verde, Lda, 10,622% pela OLIGEST – Investimentos, SA, 7,716% por Luís Vasconcelos Lopes, 7% pela ALIANÇA - Negócios e Gestão, Lda e o

restante de 14,66% por diversos accionistas nacionais, estando representado por 400.000.000 acções com o valor nominal de 1 conto, integralmente subscritas e realizadas.

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos a quinta parte do seu capital social, reserva que não é distribuível, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital. As Reservas Legais da IMPAR atingiram o seu limite mínimo, pelo que não há a necessidade de as constituir.

"É proibida a distribuição de lucros enquanto o valor mínimo da reserva legal referido acima não estiver preenchido ou reintegrado".

Quanto as restantes reservas não há condicionamentos, nem restrições à sua utilização e/ou distribuição.

Na Assembleia Geral da Companhia, realizada em 15 de Abril de 2024, foi deliberado que do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, de mCVE 756.986, o montante de 556.986 fosse alocado, em 2024, às reservas livres da Companhia e mCVE 200.000 fossem distribuídos a título de dividendos.

31 – Reservas de reavaliação, outras reservas e resultados transitados

	2 024	2 023
Reservas		
. Reserva Legal	80 000	80 000
. Prémios de Emissão	7 513	7 513
. Reservas Livres	2 791 979	2 234 992
. Outras Reservas	72 222	72 222
	2 951 714	**2 394 727**
Reservas de Reavaliação		
Por Ajustamentos no Justo Valor:		
. De Activos Financeiros Disponiveis para Venda	15	15
. De Revalorização de Terrenos e Edificios Uso Próprio	17 428	0
	17 443	**15**
Resultados Transitados		
. Investimentos Financeiros	433 749	422 735
. Outros Investimentos	91 631	91 631
. De Revalorização de Terrenos e Edificios Uso Próprio	27 297	27 297
	552 677	**541 662**

32 – Resultado por acção

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, o apuramento do resultado por acção foi determinado como segue:

	2 024	2 023
Resultado Líquido do Exercício	1 093 784 358	756 986 875
Nº Acções	400 000 000	400 000 000
Resultado por Acção	**2,734**	**1,892**

33 – Dividendo por acção

Os dividendos distribuídos nos exercícios 2024 e 2023, relativos ao resultado líquido obtido em 2023 e 2022, respectivamente, tiveram o seguinte apuramento:

	2024	2023
Resultado Líquido atribuido	200 000 000	200 000 000
Nº Acções	400 000 000	400 000 000
Dividendos por Acção	**0,50**	**0,50**

34 – Transações com partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas as empresas subsidiárias e associadas da Companhia, os Accionistas relevantes, bem como os membros dos Órgãos Sociais.

Relativamente aos Órgãos Sociais para além das remunerações reguladas pela Comissão de Remunerações, apenas se registam operações de seguro decorrentes da actividade seguradora normal e para os elementos que são em simultâneo accionistas o pagamento de dividendos.

No respeitante à subsidiária BCN a IMPAR desenvolve relações comerciais, nomeadamente o recebimento de prémios e pagamento de sinistros de operações de seguro directo, assim como pagamento de comissões em resultado dos negócios angariados pela subsidiária (bancassurance).

Estes acionistas são acionistas maioritários e representam 78% da Sociedade.

	2024						
	Accionistas					Participadas	
	Aliança - Negócios e Gestão Lda	ING - Investimentos e Gestão Lda.	Labesfal Farma Cabo Verde	Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes Lda	Conselho Adminstração	BCN - Banco Caboverdiano de Negócios, S.A	IMOPAR - Imobiliária e Participaçõ es, S.A
Activo							
Contas a receber por outras operações			52		204	3 932	
Disponibilidades						133 960	
Depósitos a prazo						250 000	
Contas a receber por operações de seguro directo			83	11	23		
Total	**-**	**-**	**135**	**11**	**227**	**387 892**	**-**
Passivo							
Provisões matemáticas vida	(45 237)	(150 428)	(223 962)		(121 324)		(15 693)
Provisões para sinistros							
	(45 237)	**(150 428)**	**(223 962)**	**-**	**(121 324)**	**-**	**(15 693)**
Resultado							
Prémios brutos emitidos	14 000	40 000	40 000	2 425	24 883	33 999	632
Custos com sinistros		(10 034)	(12 044)	(216)	(17 682)	(14 609)	(45)
Outros resultados						5 560	
Total	**14 000**	**29 966**	**27 956**	**2 209**	**7 201**	**24 950**	**587**

	2023						
	Accionistas					Participadas	
	Aliança - Negócios e Gestão Lda	ING - Investimentos e Gestão Lda.	Labesfal Farma Cabo Verde	Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes Lda	Conselho Adminstração	BCN - Banco Caboverdiano de Negócios, S.A	IMOPAR - Imobiliária e Participaçõ es, S.A
Activo							
Contas a receber por outras operações				40	44		
Disponibilidades						102 389	
Depósitos a prazo						260 000	
Contas a receber por operações de seguro directo				1 333	38		
Total	**-**	**-**	**-**	**1 333**	**38**	**362 389**	**-**
Passivo							
Provisões matemáticas vida	(29 525)	(114 553)	(186 852)		(112 014)		(15 099)
Provisões para sinistros				(50)			
	(29 525)	**(114 553)**	**(186 852)**	**(50)**	**(112 014)**	**-**	**(15 099)**
Resultado							
Prémios brutos emitidos	10 500	60 000	130 000	3 045	32 033	37 355	15 611
Custos com sinistros				(55)	(19 195)	(9 018)	(32)
Outros resultados						1 095	
Total	**10 500**	**60 000**	**130 000**	**2 990**	**12 838**	**29 432**	**15 579**

35 – Afectação dos Investimentos e Outros Activos

De acordo com as disposições legais, a Companhia é obrigada a afectar investimentos e outros activos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites legalmente estabelecidos pelo BCV.

Os activos afectos e não afectos às carteiras que a Companhia explora são como se segue:

INVESTIMENTOS	2 024	%	2 023	%
Investimentos Afectos às Provisoes Técnicas do Ramo Vida				
Obrigações	870 000	86%	270 000	40%
Terrenos	63 100	6%	63 160	9%
Edifícios	21 500	2%	18 600	3%
Instrumentos de capital e unidades de participação - Ações	58 714	6%	58 714	9%
Outros Depósitos	-	0%	260 000	39%
	1 013 314	**15%**	**670 474**	**12%**
Investimentos Afectos às Provisoes Técnicas do Ramo Nao Vida				
Obrigações	530 867	10%	330 769	8%
Terrenos	19 336	0%	18 236	0%
Edifícios	305 219	6%	286 304	6%
Instrumentos de capital e unidades de participação - Ações	4 317 268	80%	3 770 493	86%
Outros Depósitos	250 000	5%	-	0%
	5 422 690	**80%**	**4 405 802**	**79%**
Investimentos não afectos				
Terrenos	27 830	8%	20 188	4%
Edifícios	318 831	92%	236 542	50%
Obrigações	9 000	3%	10 500	2%
Instrumentos de capital e unidades de participação - Ações	22 047	6%	242 849	51%
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda_Obrigações e Acções (-)	(32 547)	-9%	(32 547)	-7%
	345 161	**5%**	**477 532**	**9%**
Total Investimentos	**6 781 164**	**100%**	**5 553 808**	**100%**

36 – Natureza e extensão das Rúbricas e dos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro e Activos de Resseguro

Risco de mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Companhia e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre activos e passivos. Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de acções, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro e o risco de concentração. A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política Financeira, nas regras de afectação de activos por classe e tipo de emitente. As políticas de investimento adoptadas pela IMPAR, devidamente formalizadas, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Em 2024 a política de investimento, foi da responsabilidade directa do Conselho de Administração, que definiu a política de risco para os investimentos.

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio, essencialmente face ao dólar dos Estados Unidos da América (USD), relativa aos contratos com os

resseguradores. A exposição a este risco é residual, por força do reduzido valor de activos em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade, por força do supra mencionado, resulta numa perda imaterial para a Companhia.

A IMPAR, nos poucos negócios celebrados em USD, mitigou o risco cambial nos seus negócios mediante a cobrança ao cliente do câmbio efectivo na data da transferência, ou seja, o risco cambial é totalmente transferido para o Cliente.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do exercício.

Risco de acções

O risco de acções incide sobre toda a carteira de investimentos financeiros em acções.

Encontram-se expostos a este risco os títulos bolsistas detidos pela Companhia e as participações da Companhia em outras empresas.

Os Investimentos da Companhia no BCN geraram valorização com impacto positivo nos resultados no montante de mCVE 616.968 e na IMOPAR mCVE 5.403.

Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. Os imóveis de rendimento que são propriedade da Companhia representam 8% dos activos expostos a este risco. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

Imóveis - Descida de 10% no valor dos imóveis de rendimento: teria o impacto de mCVE 51.110.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os activos e passivos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, no que diz respeito aos activos encontra-se sobretudo nas Obrigações e Depósitos a Prazo, maioritariamente de taxa variável.

O cenário de descida de taxas é o único que poderá implicar perda de valor para a Companhia.

Risco de *spread*

O risco de *spread* reflecte a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são sobretudo obrigações *corporate*, existindo também em crédito estruturado. Não existe na IMPAR qualquer exposição a derivados de crédito.

Natureza e extensão dos riscos específicos de seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de Competências definida formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários, que emitem pareceres técnicos e que procedem à emissão das apólices;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de exceção e auditorias;
- Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

O nível de provisões é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros sobre as quais são efetuadas análises regulares sobre a suficiência das mesmas.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efetivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

A Companhia pratica uma política de resseguro cedido com o objetivo de reduzir o impacto de riscos de ponta, de catástrofes e de concentração.

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes

Área de análise	Cenários	Impacto resultados antes impostos	
		2 024	2 023
Custos com sinistros	Aumento de 5% nos custos com sinistos do exercício, líquidos de resseguro	-18 924	-17 331
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração líquidos de resseguro	-14 594	-12 693
Rendimentos	Redução de 1% nas taxas de remuneração dos depósitos e obrigações	-487	-240

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por sectores de actividade, é analisada como segue:

Financeiro 63% Acções BCN, SEPI e SGPS
Construção 12% Imóveis e IMOPAR
Depósitos a Prazo 4%
Obrigações 20%
Outros 1,5%

Os valores englobam as rubricas de Investimentos em Subsidiárias, Activos Financeiros disponíveis para venda, Obrigações, Depósitos a Prazo e Imóveis (Terrenos e Edifícios).

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter activos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam. No âmbito da gestão de risco, são definidos procedimentos para mitigação deste risco, elaborando para tal a Companhia um plano de tesouraria em base mensal, ajustado semanalmente às suas necessidades/excedentes de capital.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de spread. Como procedimento, é sistematicamente monitorizada a evolução dos montantes e a antiguidade dos prémios em dívida.

Na selecção dos resseguradores foram definidos níveis mínimos de rating, e existe um acompanhamento regular da sua evolução.

Risco operacional e risco reputacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da actividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Actividades ilícitas efectuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos activos físicos;
- Interrupção da actividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

Como principais medidas de mitigação existentes na IMPAR face aos riscos atrás identificados, destacamos os seguintes:

- Procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Segurança no acesso às instalações;
- Segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Política de gestão de recursos humanos;
- Programas de treino e formação que abranjam a reciclagem de conhecimentos;
- Formação dos colaboradores que interagem directamente com os clientes;

• Plano de continuidade de negócio, que permita a recuperação das actividades e funções de negócio críticas.

Adicionalmente, também integrado no risco operacional, encontra-se o risco legal. O conceito de risco legal engloba, entre outros, a exposição a coimas ou outras penalidades que resultem de acções de supervisão, assim como outro tipo de compensações. Como principais medidas implementadas para mitigação do risco legal, destacamos as seguintes:

• Políticas de prevenção de fraude, recursos humanos, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;

• Procedimentos formais para monitorização do cumprimento dos diversos prazos legais a que a IMPAR se encontra sujeita.

Por norma, o risco reputacional pode resultar de situações tais como:

• Falhas ou dificuldades ocorridas durante o processo de gestão de sinistros, podendo originar a deterioração da relação entre a empresa de seguros e os tomadores de seguro, beneficiários ou terceiros lesados;

• Falhas no processo de subscrição, com impacto na relação com os clientes.

Neste sentido, das principais medidas que a Companhia implementou para fazer face ao risco reputacional, destacam-se:

• Existência de código de conduta implementado e divulgado;

• Existência de procedimentos no âmbito da gestão de reclamações;

Sistema de Controlo Interno

O Sistema de Controlo Interno pode ser definido como um conjunto de actividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia. Como tal, o Sistema de Controlo Interno representa a implementação de actividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e *compliance*.

A estrutura organizativa que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia assenta no modelo das três linhas:

• Um primeiro nível representado pelas diferentes Direções Operacionais, as quais assumem a função de áreas responsáveis;

• Um segundo nível representado pelo Gabinete de Controle Interno e a Auditoria Externa, ao qual cabe uma função de auditoria independente no âmbito da gestão de riscos, tendo como principal objectivo providenciar a garantia da efectividade dos controlos;

• Um terceiro nível representado pelo Conselho de Administração.

O Sistema de Controlo Interno na IMPAR encontra-se devidamente formalizado, evidenciando, entre outras, as rubricas seguintes:

- Processos e seus responsáveis e interlocutores dos processos;
- Principais actividades;
- Riscos: probabilidade de ocorrência, impacto estimado e nível de exposição;
- Controlos e sua avaliação;
- Recomendações.

Adequação dos prémios e das provisões

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras actuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base actuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela Companhia, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

Rácios de actividade

Os principais rácios de actividade, brutos de resseguro, são como segue:

	2 024	2 023
Rácio de Sinistralidade	27,7%	32,1%
Rácio de Despesa	15,4%	14,0%
Rácio Combinado	**43,1%**	**46,1%**
Rácio Financeiro	4,3%	3,4%
Rácio Operacional	**38,8%**	**42,7%**

Resseguradores

A Companhia dilui o risco contratado através de negócios de Resseguro Cedido com a seguinte composição:

Ramo / Grupo Ramos	Tip de Resseguro
Vida	Quota parte
Acidentes de trabalho	Excesso de perdas (XL)
Acidentes pessoais e doença	SURPLUS
Incêndio e outros danos	Quota parte / SURPLUS
Riscos catastróficos	Excesso de perdas (XL)
Marítimo Cascos	Quota parte / SURPLUS
Mercadorias transportadas	Quota parte / SURPLUS
Automóvel	Excesso de perdas (XL)
Aviação	Facultativo
Responsabilidade civil geral	Quota parte
Crédito e caução	Quota parte

37 – Solvência

A IMPAR monitoriza a solvência de acordo com a Norma Regulamentar e o cálculo da respectiva margem apresenta os seguintes componentes em mCVE:

	2024	2023
Elementos constitutivos do fundo de garantia	4 743 051	3 870 988
Margem de solvência a constituir	558 415	433 210
Resultado na óptica dos prémios	488 668	358 202
Resultado na óptica dos sinistros	153 331	121 586
Fundo de garantia mínimo legal (Vida e Não Vida)	37 500	37 500
Excesso/insuficiência da margem de solvência	4 184 636	3 437 777
Taxa de cobertura da margem de solvência	849%	894%

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, os rácios de cobertura da Margem de Solvência correspondentes a 849% e 894%, situam-se acima dos requisitos exigidos pela lei, reflectindo uma situação financeira estável.

38 – Compromissos

À data deste relatório não existem compromissos significativos com impacto nas demonstrações financeiras anexas.

39 - Eventos subsequentes

Até à data de autorização para emissão das presentes demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos, tendo em consideração as disposições da IAS 10.

40 – Outras informações

IFRS Divulgações - Novas normas a 31 de dezembro de 2024, para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2024:

1. **Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2024:**

a) **IAS 1** (alteração), 'Classificação de passivos como não correntes e correntes' e 'Passivos não correntes com "covenants"'. Estas alterações clarificam que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarificam que os "covenants", que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a "covenants", é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos "covenants" e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos "covenants" nas datas devidas. Estas alterações são de aplicação retrospetiva.

b) **IAS 7** (alteração) e **IFRS 7** (alteração), 'Acordos de financiamento de fornecedores'. Estas alterações exigem que uma entidade efetue divulgações adicionais sobre os acordos de financiamento de fornecedores negociados, para permitir: i) a avaliação sobre a forma como os acordos de financiamento de fornecedores afetam os passivos e fluxos de caixa da entidade; e ii) o entendimento do impacto dos acordos de financiamento de fornecedores sobre a exposição de uma entidade ao risco de liquidez, e como a entidade seria afetada se os acordos deixassem de estar disponíveis. Os requisitos adicionais complementam os requisitos de apresentação e divulgação já existentes nas IFRS, conforme estabelecido pelo IFRS IC na *Agenda Decision* de dezembro de 2020.

c) **IFRS 16** (alteração), 'Passivos de locação em transações de venda e relocação'. Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente dos passivos de locação, no âmbito de transações de venda e relocação, que qualificam como "vendas" à luz dos princípios da IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são variáveis e não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de

locação, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de forma que não reconheçam ganhos/(perdas) relativamente ao Ativo sob direito de uso retido. Esta alteração é de aplicação retrospetiva.

2. **Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2025, e que a União Europeia já endossou:**

IAS 21 (alteração), 'Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2025). Esta alteração adiciona os requisitos para determinar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda (permutabilidade) e definir como determinar a taxa de câmbio à vista a ser usada, quando não for possível trocar uma moeda durante um longo período. Esta alteração exige também a divulgação de informação que permita compreender como é que a moeda que não pode ser trocada por outra moeda afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade, para além da taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato e a forma como foi determinada. Esta alteração é de aplicação retrospetiva sem a reexpressão do comparativo, devendo a transposição da informação financeira ser registada em resultados transitados (se conversão de moeda estrangeira para moeda funcional) ou em reserva cambial (se conversão de moeda de funcional para moeda de apresentação).

3. **Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, e que a União Europeia ainda não endossou:**

a) **IFRS 9** (alteração) e **IFRS 7** (alteração), 'Alterações à classificação e mensuração de financiamentos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026). Esta alteração ainda está sujeita à aprovação da União Europeia. As alterações efetuadas referem-se a: i) clarificação do conceito de data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, introduzindo uma nova exceção para passivos financeiros liquidados através de um sistema eletrónico de pagamentos; ii) clarificação e exemplificação sobre quando um ativo financeiro cumpre com o critério de os cash flows contratuais corresponderem "apenas ao pagamento de principal e juros" ("SPPI"), tais como: 1) ativos sem direito de recurso; 2) instrumentos contratualmente associados; e 3) instrumentos com características ligadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governo ("ESG"); iii) novos requisitos de divulgação para instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa em termos de período

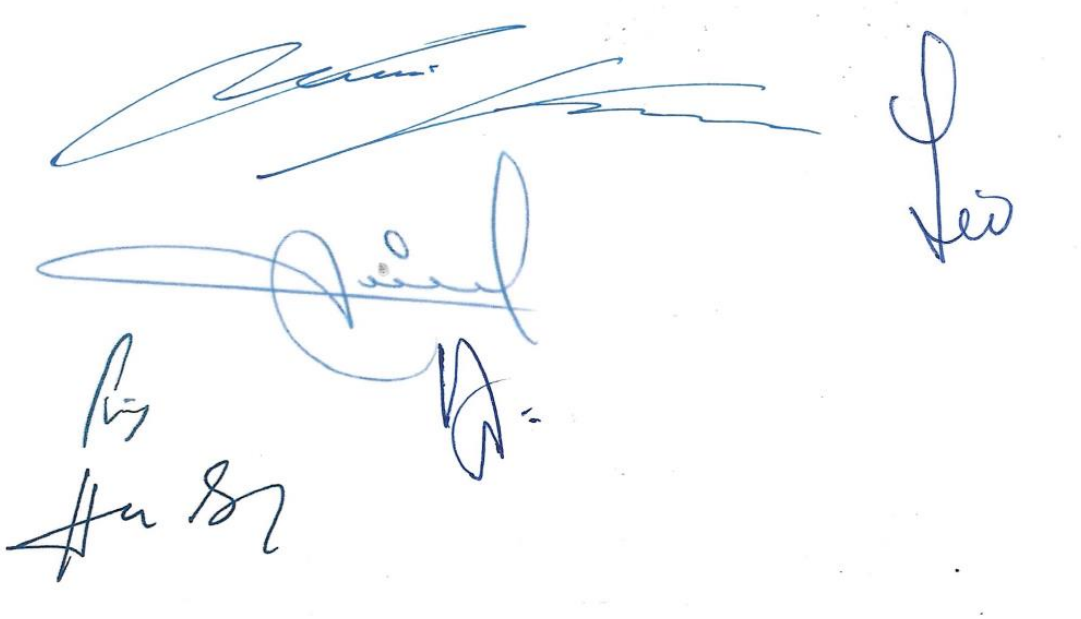
e valor; e iv) novas divulgações exigidas para os instrumentos de capital designados ao justo valor através do outro rendimento integral. Estas alterações aplicam-se na data em que se tornam efetivas sem a reexpressão do comparativo.

b) **IFRS 9** (alteração) e **IFRS 7** (alteração), 'Contratos negociados com referência a eletricidade gerada a partir de fonte renovável' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026). Esta alteração ainda está sujeita à aprovação da União Europeia. As alterações pretendem melhorar o relato dos efeitos financeiros dos contratos negociados que têm por base a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis, sujeitos a variabilidade na quantidade gerada devido ao facto de esta estar dependente de condições naturais não controláveis. Essas alterações pretendem: i) clarificar a aplicação dos requisitos da isenção de "uso próprio" da IFRS 9; ii) permitir a aplicação da contabilidade de cobertura quando os contratos de aquisição de eletricidade de fonte renovável são designados como instrumento de cobertura; e iii) adicionar novos requisitos de divulgação à IFRS 7 para uma melhor compreensão do impacto destes contratos no desempenho financeiros e nos fluxos de caixa da entidade. Esta alteração será de aplicação retrospetiva sem reexpressar os períodos comparativos, exceto quanto à designação de cobertura que deverá ser aplicada prospetivamente.

c) Melhorias anuais – 'volume 11' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026). Os ciclos de melhorias anuais às IFRS pretendem clarificar questões de aplicação ou corrigir inconsistências nas normas. Este volume de melhorias afeta as seguintes normas: IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7. Estas alterações ainda estão sujeitas à aprovação da União Europeia.

d) **IFRS 18** (nova norma), 'Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2027). Esta nova norma ainda está sujeita à aprovação da União Europeia. A IFRS 18 irá substituir a atual IAS 1. Mantendo muitos dos princípios existentes na IAS 1, a IFRS 18 dá um maior enfoque na especificação de uma estrutura para a demonstração dos resultados, composta por categorias e subtotais obrigatórios. Os itens da demonstração dos resultados serão classificados numa de três categorias: operacional, investimento, financiamento. Serão exigidos subtotais e totais especificados, sendo a principal alteração a inclusão obrigatória do subtotal "Resultado operacional". Esta norma inclui também melhorias na divulgação das medidas de desempenho da gestão, incluindo a reconciliação com o subtotal mais próximo exigido pelas IFRS. Esta norma vem ainda reforçar a orientação sobre os princípios de agregação e desagregação da informação constante das demonstrações financeiras e respetivas notas, com base nas suas características partilhadas. Esta norma aplica-se retrospetivamente.

e) **IFRS 19** (nova norma), 'Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2027). Esta nova norma ainda está sujeita à aprovação da União Europeia. A IFRS 19 é uma norma voluntária que permite às subsidiárias elegíveis utilizar as IFRS com requisitos de divulgação reduzidos. A IFRS 19 é uma norma que apenas trata de divulgações sendo aplicada em conjunto com os requisitos das restantes IFRS para efeitos de reconhecimento, mensuração e apresentação. Uma subsidiária é considerada elegível se (i) não estiver sujeita à obrigação de prestação pública de informação financeira; e (ii) a entidade-mãe prepara demonstrações financeiras consolidadas para prestação pública, conforme as IFRS. A IFRS 19 pode ser aplicada por subsidiárias elegíveis na preparação das suas próprias demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais. É obrigatória a apresentação de informação comparativa total exceto se alguma isenção for aplicável.



IV – PARECER DO ATUÁRIO

PARECER ATUARIAL

Para se emitir o parecer atuarial sobre a constituição das provisões técnicas da Seguradora IMPAR no período vigente de 01/01/2024 à 31/12/2024, tivemos de analisar se todas as constituições encontram-se em conformidade com o previsto e aprovado pelo Banco de Cabo Verde, nomeadamente o Parecer nº 110/78 de 31 de Dezembro, o Aviso nº 05/2010 e o Decreto Legislativo nº 03/2010 de 17 de Maio, assim foram avaliadas as provisões para os ramos "VIDA" e "NÃO VIDA":

PROVISÕES PARA O RAMO VIDA

As provisões matemáticas, que foram constituídas para o ramo vida estão de acordo com o disposto no Aviso nº 05/2010 e no Decreto Legislativo nº 03/2010 de 17 de Maio, estabelecidos, supervisionados e regulados pelo Banco de Cabo Verde e o Governo.

Essas provisões foram constituídas em conformidade com as bases de cálculo estabelecidas no referido Aviso e Decreto-Legislativo e são de uma forma geral suficiente para cobrir as provisões de sinistro.

PROVISÕES PARA O RAMO NÃO-VIDA

As provisões técnicas constituídas para este ramo, foram calculadas respeitando as bases técnicas previstas na lei e ainda em vigor a saber: o Aviso nº 05/2010 e o Decreto Legislativo nº 03/2010 de 17 de Maio, estabelecidos, supervisionados e regulados pelo Banco de Cabo Verde e o Governo.

De um modo geral as provisões técnicas e matemáticas constituídas são suficientes para cobrir os sinistros, o que se confirma comparativamente quando se observa os cálculos e comportamento nos anos anteriores.

Mindelo, 06 de março de 2025

José Carlos Rocha Dias

-/ José Carlos Rocha Dias / -

- Atuário -

V – PARECER DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

1 – Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração da IMPAR – Companhia Caboverdiana de Seguros, SA, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2024.

2 – No decurso do exercício, acompanhamos com periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a actividade da Empresa. Verificamos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação e procedemos às inspeções que consideramos actos do Conselho de Administração, o qual, no melhor espírito de colaboração, nos apresentou sempre as provas e os esclarecimentos solicitados.

3 – No âmbito das nossas funções verificamos que:

i) as Demonstrações Financeiras e os correspondentes Anexos permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;

4 – Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas e com base no relatório de auditoria elaborado pelo Auditor Independente, a PricewaterhouseCoopers Cabo Verde – Sociedade de Auditores Certificados, Lda, que não inclui reservas, mas inclui uma enfâse, relativo a "não preparação de demonstrações financeiras consolidadas" somos do parecer que:

i) seja aprovado o Relatório de Gestão;

ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;

iii) seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados líquidos.

S.Vicente, 11 de Março de 2025

O Fiscal Único

António Pedro Gomes Silva

António Pedro Gomes Silva

VI – RELATÓRIO DE AUDITORIA

pwc

Relatório do Auditor Independente

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da IMPAR - Companhia Caboverdiana de Seguros, SARL (a Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024, a conta de ganhos e perdas, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da IMPAR - Companhia Caboverdiana de Seguros, SARL em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o setor segurador.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos do código de ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no código de ética do IESBA.

Ênfase

Conforme descrito na nota 2 do anexo às demonstrações financeiras, a Empresa não prepara demonstrações financeiras consolidadas, dado não existir legislação específica em Cabo Verde que a tal obrigue. Também como divulgado na referida nota, a preparação de demonstrações financeiras consolidadas conduziria a um resultado líquido e a capitais próprios semelhantes àqueles já relevados nas demonstrações financeiras anexas da Empresa, uma vez que a mesma mensura os investimentos detidos em entidades filiais relevantes pelo método da equivalência patrimonial, apropriando-se assim, da respetiva quota-parte detida no resultado líquido e nos capitais próprios das entidades relevantes controladas.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.
Edifício BAI Center, Piso 2 Dto, Avenida Cidade de Lisboa, C.P. 303 Cidade da Praia, República de Cabo Verde
Tel: +238 261 5934/5, Fax: +238 261 6028, www.pwc.com/cv/pt/
Matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia sob o nº 282682902/420191217
NIF: 282 682 902, Capital Social: CVE 1.500.000
Inscrita na lista da OPACC sob o nº 6

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde – Sociedade de Auditores Certificados, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Outra informação – relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se de qualquer outra forma aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o setor segurador, e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a

esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;

c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

d) concluímos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades; e

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada por nós durante a auditoria.

21 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde
- Sociedade de Auditores Certificados, Lda.
representada por:

Armando José Carvalho Ferreira Rodrigues, Auditor Certificado